Jornal **O DIA** SP

www.jornalodiasp.com.br | São Paulo, quinta-feira, 18 de julho de 2019 | Nº 24.462 | Preço banca: R$ 3,00

AEB prevê superávit de US$ 52,2 bi na balança comercial

A Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) informou na quarta-feira (17) que revisou suas estimativas para a balança comercial brasileira em 2019, feitas dezembro do ano passado. O superávit, que havia sido estimado em US$ 32,7 bilhões, subiu para US$ 52,2 bilhões na nova projeção, resultado 10,9% abaixo dos valores de 2018 (US$ 58,6 bilhões)

As projeções para exportações subiram de US$ 209,1 bilhões para US$ 223,7 bilhões, uma queda de 6,7% em relação aos US$ 239,8 bilhões estimados anteriormente. No que se refere às importações, as projeções recuaram de US$ 186,3 bilhões para US$ 171,5 bilhões, uma queda de 5,4% em comparação ao resultado de 2018.

O presidente da AEB, José Augusto de Castro, destacou que a corrente de comércio projetada em US$ 395,266 bilhões para este ano ficará abaixo dos US$ 421,114 bilhões apurados no ano passado, e distante do recorde de US$ 482,292 bilhões de 2011. "O que gera a atividade econômica não é o superávit e, sim, a corrente de comércio que, em queda, faz a atividade econômica cair." Página 3

Governo quer reduzir alíquota do IR para máximo de 25%, diz presidente

Página 4

Reitores têm dúvidas sobre o programa Future-se

Página 5

Bolsonaro diz que vai trabalhar pela modernização do Mercosul

Foto/Atal Santos/PR

54ª *Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul*

Ao discursar na sessão plenária da 54ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, em Santa Fé, na Argentina, o presidente Jair Bolsonaro disse que vai trabalhar para acelerar a modernização do bloco sul-americano. Durante o encontro, o Brasil vai assumir a presidência pro tempore (rotativa) do grupo pelos próximos seis meses.

"Quero aproveitar a ocasião para firmar o compromisso do meu governo com a modernização e a abertura do nosso bloco, fazendo dele um instrumento de comércio com o mundo, sem o viés ideológico que tanto critiquei enquanto parlamentar. Vencemos essa barreira, e a conclusão do acordo de livre comércio com a União Europeia é resultado concreto dessa nova orientação", disse.

Após o acordo com a União Europeia, Bolsonaro disse que o bloco planeja concluir as negociações com a Associação Europeia de Livre Comércio e avançar nas conversas com o Canadá, a Singapura e a Coreia.

O presidente destacou o acordo assinado na quarta-feira, (17) que elimina a cobrança de roaming internacional de serviços de telecomunicações entre pessoas que residem nos países-membros do bloco. "Temos aí um exemplo da diferença para melhor que o Mercosul pode fazer no cotidiano do cidadão, eliminando dificuldades e burocracias." Página 4

Aplicativos de transporte aumentam financiamento de veículos

Página 3

Cartão de Estacionamento já pode ser solicitado pela internet

Página 2

Guedes elogia ideia para reincluir estados na reforma da Previdência

Página 5

Queda de comércio com EUA afeta exportações brasileiras

Página 3

Representantes do Brics conhecem inovações agrícolas do Brasil

Com o objetivo de conhecer melhor as inovações e as tecnologias agrícolas brasileiras, vice-ministros de Agricultura do Brics, bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, estiveram na quarta-feira (17) em Brasília. Eles conversaram com a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, e com o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), João Martins.

O encontro é preparatório da 9ª Reunião de Ministros de Agricultura do Brics, que será realizada em Bonito (MS), em setembro. Além do encontro com a ministra Tereza Cristina e com a cúpula da CNA, os representantes do Brics visitaram uma unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), onde conheceram os laboratórios que testam novas variedades de cana-de-açúcar e bancos de sementes e mudas. Página 3

Países do Mercosul têm convergência para aumentar competitividade

O Ministério das Relações Exteriores avalia que há uma convergência entre os quatro países-membros do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) para transformar o bloco em instrumento para aumentar a competitividade e a integração de suas economias com os mercados regional e global. Página 3

Previsão do Tempo

Quinta: Dia de sol com algumas nuvens e névoa ao amanhecer. Noite com poucas nuvens

19º C
10º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 3,75
Venda: 3,76

Turismo
Compra: 3,61
Venda: 3,91

EURO

Compra: 4,22
Venda: 4,22

OURO

Compra: 155,80
Venda: 189,28

Esporte

Matheus Leist disputa etapa da Indy em Iowa neste final de semana

O gaúcho Matheus Leist volta a acelerar neste final de semana na Indy em Iowa, pista onde fez história na categoria de acesso em 2017. Competindo na Lights, o brasileiro largou da 10ª colocação e venceu a prova de maneira impressionante com uma sequência de ultrapassagens após uma das relargadas.

Neste ano, o desafio será na categoria principal com a equipe AJ Foyt, com a qual conseguiu o quarto lugar há dois meses no circuito misto em Indianápolis - o melhor resultado do time nas últimas cinco temporadas. Página 6

Foto/Action Sports Photography

Matheus *Leist*

Filipe Toledo segue firme na busca do tri em J-Bay

Foto/Ed Sloane / WSL via Getty Images

Filipe *Toledo (SP)*

O paulista Filipe Toledo segue firme na busca pelo tricampeonato consecutivo na etapa do World Surf League Championship Tour na África do Sul. Depois de três dias parado, as ondas voltaram a apresentar boa formação na quarta-feira para rolar as oitavas de final do Corona Open J-Bay, que vinham sendo adiadas desde domingo. O defensor do título aumentou seus próprios recordes nas direitas de Jeffreys Bay, para 18,26 pontos com notas 9,43 e 8,83, destruindo duas ondas com uma série incrível de manobras no duelo brasileiro com Willian Cardoso. Página 6

Stock Car faz "acelera" campanha do agasalho em Santa Cruz do Sul

No próximo domingo a Stock Car realizará sua quinta etapa na cidade que atinge as temperaturas mais baixas de seu calendário, e justamente em pleno inverno: Santa Cruz do Sul vai receber a principal categoria do Brasil pela 15ª vez desde a inauguração do autódromo local, em 2005. Com os termômetros registrando na região temperaturas na casa de zero grau, ou menos, a Stock Car vai reforçar a campanha do agasalho da cidade, em parceria com a prefeitura local. Página 6

Lorraine Martins quer fechar bem o seu ciclo na categoria sub-20 no Pan de San José

Foto/Wagner Carmo

Lorraine *Martins*

A velocista Lorraine Barbosa Martins (CET-DEO-RJ) é destaque da seleção brasileira no Campeonato Pan-Americano Sub-20 de Atletismo, de sexta-feira (19) a domingo (21), no Estádio Olímpico de San José, na Costa Rica. A carioca Lorraine, de 19 anos, nascida em 4/4/2000, manteve o domínio em suas provas desde o início da temporada 2019 em todas as competições que disputou na categoria sub-20 e ainda obteve resultados para se colocar bem no Ranking Brasileiro entre atletas adultas.

Mostrou sua boa forma na Espanha, sua última competição antes do embarque para o Pan, nesta quarta-feira (17/7). Lorraine competiu e bateu o recorde brasileiro sub-20 dos 100 m rasos no GP Cidade de Segovia – XI Troféu Antonio Prieto. Página 6

Cartão de Estacionamento já pode ser solicitado pela internet

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes (SMT) e da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT), dá mais um importante passo para modernizar seus processos, reduzir a burocracia e melhorar a qualidade de seus serviços.

A partir de agora, é possível solicitar e imprimir o Cartão de Estacionamento em vagas especiais de forma 100% eletrônica pelo portal sp156.prefeitura.sp.gov.br. O benefício é gratuito e contempla idosos com 60 anos ou mais e pessoas com deficiência com dificuldade de locomoção ou comprometimento de mobilidade.

Para obter o Cartão de Estacionamento, basta acessar o site, cadastrar os dados pessoais do solicitante e encaminhar cópia dos documentos indicados. Pelo número do protocolo é possível acompanhar o andamento do pedido e, uma vez aprovado, imprimir o cartão. Um QRCode no documento assegura a verificação por parte dos agentes municipais.

Antes, era preciso comparecer pessoalmente a um dos postos de atendimento ou enviar a cópia da documentação pelo correio. Esta iniciativa traz mais conforto e agilidade para o cidadão.

O Cartão de Estacionamento dá direito à utilização de vagas especiais devidamente sinalizadas com o Símbolo Internacional de Acesso em estabelecimentos comerciais e espaços públicos.

Embora a autorização seja de responsabilidade do município, a permissão é válida para todo o território nacional e contempla veículos conduzidos ou que transportem pessoas nestas condições.

Para mais informações sobre os procedimentos relacionados à solicitação do cartão de estacionamento, acesse sp156.prefeitura.sp.gov.br.

Passo a Passo

1) Solicitar o serviço no Portal de Atendimento SP156 https://sp156.prefeitura.sp.gov.br

2) Completar o cadastro no Portal de Atendimento SP156 com as informações necessárias para o serviço "Cartão de Estacionamento Idoso – Solicitação" ou "Cartão de Estacionamento DeFis (Pessoa com Deficiência)"

3) Ler e concordar com o termo de aceite eletrônico;

4) Anexar o comprovante de residência atual em nome do requerente (caso esteja em nome de terceiro, digitalizar o comprovante de vínculo ou a declaração de residência no mesmo arquivo) e clicar "enviar";

5) Anexar o documento de identificação e clicar "enviar";

6) No caso do Cartão Defis, anexar atestado médico atual e clicar "enviar";

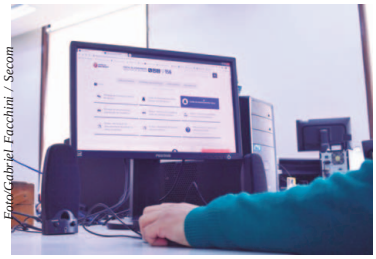
7) Selecionar "finalizar";

8) Consultar seu e-mail para ter acesso ao seu protocolo de acompanhamento;

9) Acompanhar o protocolo no Portal de Atendimento SP156 (clicar aqui);

10) Quando a solicitação for aceita (deferida), imprimir o cartão em "Cartão de estacionamento idoso - Consulta" (clicar aqui).

11) Caso a solicitação seja feita presencialmente, será necessário realizar agendamento (clicar aqui) para que o cartão seja emitido no local.



Foto/Gabriel Facchini / Secom

Cartão *de vaga especial para pessoas com deficiência na Internet*

CNH: Detran.SP fecha o cerco contra 'hospedeiros' de pontos

O Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran.SP) identificou 250 suspeitos de "hospedar" pontos de infrações cometidas por outros motoristas em relação à Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Vale destacar que a prática é irregular e, além das sanções administrativas, o responsável pode ser enquadrado no crime de falsidade ideológica, com pena de até cinco anos de prisão.

O trabalho, realizado desde o começo do ano por um núcleo especializado, já resultou na instauração de 150 processos administrativos. Nessa etapa, as carteiras dos hospedeiros são bloqueadas e os pontos retornam para o motorista de origem. Depois, os processos são encaminhados à Polícia Civil para investigação criminal.

Casos

Durante o processo, os motoristas são convocados a comparecer no Detran.SP para dar explicações. Em um dos casos, o responsável confirmou que recebeu R$ 500 para hospedar pontos na habilitação de um homem não identificado. Ele alegou dificuldade financeira. Ao todo, o condutor acumula 3.315 pontos na CNH.

Em outro caso, um homem foi indicado como responsável por duas infrações de trânsito na Marginal Tietê, em São Paulo. No entanto, as multas foram registradas no intervalo de 17 minutos, em uma distância de 12 quilômetros entre uma e outra, porém envolvendo um carro e uma moto, o que é praticamente impossível.

Outros episódios comuns são de motoristas "autuados" no mesmo horário, mas em locais diferentes, e mesmo assim permitem o lançamento da pontuação no seu documento. É o exemplo do hospedeiro que permitiu duas infrações no seu documento, uma em São Paulo e outra em Suzano, no intervalo de dois minutos.

Diante dos casos, o Detran.SP passou, inclusive, a indeferir novas indicações de pontos nas habilitações suspeitas. "Essa é uma prática criminosa e não mediremos esforços para combatê-la. O cidadão precisa saber que isso é crime e que todos serão punidos, de acordo com a lei", alerta Raul Vicentini, diretor de Habilitação do Detran.SP.

Suspeitas

Carteiras de habilitação com 50 pontos ou mais ao longo de 12 meses já são suficientes para abrir uma investigação. Além disso, outros fatores levantam suspeita de uma CNH hospedeira: um deles é a diversidade de placas de veículos, sem que todos sejam de propriedade do condutor indicado. O núcleo checa, inclusive, se os veículos pertencem a familiares.

Denúncias sobre a existência de hospedeiros ou de serviços que oferecem a transferência de pontos podem ser feitas diretamente à Ouvidoria do Detran.SP por meio do site www.detran.sp.gov.br. Na denúncia, o cidadão pode relatar o caso, detalhar as informações com nomes, dias, horários, locais, entre outros. O sigilo é garantido.

Indicação

A indicação de condutor é permitida, porém, sem que as informações sejam falsas. O proprietário do veículo pode fazer quando não for ele o condutor responsável pela infração de trânsito.

Um exemplo é o filho que dirige o veículo do pai ou o irmão que pilota o veículo de outro irmão. No Detran.SP, a indicação de condutor pode ser feita pelo site do órgão, no aplicativo de celular com selfie ou então pessoalmente, na unidade de atendimento.

Atualmente, o Detran.SP tem cerca de 24 milhões de condutores registrados. A cada infração cometida são computados os seguintes números de pontos: três pontos (infração leve), quatro pontos (média), cinco pontos (grave) e sete pontos (infração gravíssima).

Além disso, existem multas autossuspensivas, em que a infração leva o condutor diretamente ao processo de suspensão da CNH, como é o caso de dirigir alcoolizado. Cada órgão autuador (prefeitura, Polícia Rodoviária, DER, Detran.SP e outros) é responsável por lançar a pontuação e também checar a existência de hospedeiro.

O Detran.SP disponibiliza, no próprio site, a consulta online do prontuário do motorista. Nele, o condutor pode verificar as multas existentes e a pontuação na CNH. Todo motorista tem possibilidade de recorrer das multas e do processo de suspensão, sempre observando os prazos e o órgão/instância a que recorrer.

Empreenda Fácil ultrapassa 145 mil empresas abertas em dois anos

No início de julho, o programa Empreenda Fácil registou a abertura de mais de 146 mil empresas. Esta é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, que simplificou a vida do empreendedor e levantou a cidade de São Paulo no ranking Doing Business 2019, melhorando os indicadores nacionais.

Lançado em maio de 2017, o Empreenda Fácil permite o licenciamento, registro e abertura de empresas de baixo risco em até cinco dias, reduzindo a burocracia para a abertura de novos empreendimentos em São Paulo. O processo anterior levava mais de cem dias e exigia a peregrinação entre órgãos municipais, estaduais e federais, que agora possuem procedimento padronizado. O novo sistema – que transforma São Paulo na cidade amiga do empreendedor - registra a abertura 146.087 empresas e mais de 404 mil pedidos de análise de viabilidade. Os negócios de baixo risco representam 80% da atividade econômica da cidade.

O programa também beneficia a regularização de empresas já existentes e abertura de filiais, que tiveram seus processos simplificados.

Cidade amiga do empreendedor

Com o programa Empreenda Fácil, São Paulo ganhou visibilidade internacional. A capital tornou-se mais competitiva, possibilitando que o Brasil subisse 36 posições no ranking Doing Business 2019 na categoria de abertura de empresas. O relatório Doing Business é publicado anualmente e está vinculado ao Banco Mundial, que monitora a regulamentação e implementação de negócios em 190 países.

Na edição 2019, o Brasil apresentou o maior ganho de pontuação (+2,96) na região da América Latina e Caribe, sendo no mundo a 12ª economia que mais cresceu, segundo o levantamento. Entre os dez países de maior PIB no mundo, o Brasil só não cresceu mais que do China e Índia, respectivamente. A melhora do país nesta classificação, impulsionada pelo aprimoramento do ambiente de negócios em São Paulo, poderá abrir novas linhas de financiamento para o país.

Conheça mais sobre o Empreenda Fácil em www.empreendafacil.prefeitura.sp.gov.br

CPTM promove campanha "Meias que aquecem o coração"

Teve início de terça-feira (16) a campanha "Meias que aquecem o coração", iniciativa da CPTM para ajudar a população carente a enfrentar o frio. A arrecadação de meias tem como objetivo utilizar o material para confecção de cobertores de retalhos.

Até o dia 31 deste mês, a CPTM vai recolher as meias e entregará à Puket, empresa de confecção que as transformará em cobertores para serem doados a moradores de rua e instituições que auxiliam pessoas carentes.

As doações podem ser feitas em caixas localizadas em 14 estações das sete linhas da Companhia. Na Linha 7-Rubi, há postos de coleta nas estações Franco da Rocha e Francisco Morato. Na Linha 8-Diamante, participam Carapicuíba e Palmeiras-Barra Funda. Na Linha 9-Esmeralda, as peças podem ser levadas às estações Hebraica-Rebouças e Granja Julieta.

Já na Linha 10-Turquesa, participam as estações São Caetano do Sul e Santo André. As estações Guaianases e Suzano, da Linha 11-Coral, e Itaim Paulista e Jardim Helena-Vila Mara, da Linha 12-Safira, também arrecadarão as peças. Na Linha 13-Jade, as estações Engenheiro Goulart e Guarulhos-Cecap contribuem com a campanha.

Serviço - Campanha "Meias que aquecem o coração"

Data: de 16 a 31 de julho

Postos de recolhimento:

– Linha 7-Rubi: Franco da Rocha e Francisco Morato

– Linha 8-Diamante: Carapicuíba e Palmeiras-Barra Funda

– Linha 9-Esmeralda: Hebraica-Rebouças e Granja Julieta

– Linha 10-Turquesa: São Caetano do Sul-Prefeito Walter Braido e Prefeito Celso Daniel-Santo André

– Linha 11-Coral: Guaianases e Suzano

– Linha 12-Safira: Itaim Paulista e Jardim Helena-Vila Mara

– Linha 13-Jade: Engenheiro Goulart e Guarulhos-Cecap

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS - **A coluna diária de política do cronista e jornalista** CESAR NETO **é publicada na imprensa desde 1993. Em São Paulo, no jornal "O DIA" [3º mais antigo diário impresso]. Na Internet desde 1996,** www.cesarneto.com **foi um dos pioneiros no Brasil. No Twitter, desde 2018,** @CesarNetoReal

+

CÂMARA (SP) Quem manda dizer que nunca mais toquem no seu nome pra disputar eleição à prefeitura paulistana é o ex-vereador [pelo PSDB de Alckmin] Gabriel Chalita. Isso não tira do professor e autor de livros a possibilidade de aceitar voltar a ser Secretário de Estado ou Ministro da República

+

PREFEITURA (SP) Mais jovem [no Século 21] prefeito de São Paulo, Bruno Covas [no novo PSDB de Doria] segue em campanha pra enfrentar a mais difícil das eleições. O fato de não ter vice, dá a ele as condições favoráveis do Kassab [refundador e dono do PSD] ? Vai meio longe aquela eleição de 2008

+

ASSEMBLEIA (SP) Entre alguns parlamentares da bancada do PSL, rola uma sensação de que se o presidente do diretório estadual [deputado federal Eduardo Bolsonaro] for mesmo pra Embaixada do Brasil em Washington (USA), o fato enfraquecerá candidaturas pras prefeituras, em especial na Capital

+

GOVERNO (SP) Doria [reformador e novo líder do PSDB] projeta que seu ex-vice Bruno Covas tenha os votos necessários pra ir ao 2º turno paulistano via Saúde, Educação, Moradia e Transporte. A possível reeleição passa pelo DEM (ex-PFL), do vice-governador Rodrigo Garcia e do vereador Milton Leite

+

CONGRESSO - Sentindo-se na pele de alguém que foi literalmente escalado pelo pai pra assumir a mais importante Embaixada das relações geopolítica Brasil - Estados Unidos [Washington], o deputado federal Eduardo Bolsonaro tá naquela de já estar dentro do ringue, tendo que nocautear os adversários

+

PRESIDÊNCIA - Agora na condição de presidente também do Mercosul, cujos países têm tudo pra crescer por conta dos acordos com a Comunidade Econômica Européia, Bolsonaro (PSL) jogará pelo desmonte político de quem insistir em se manter no Foro de São Paulo, ainda dominado pelo Lulismo do PT

+

PARTIDOS - Enquanto vice-Presidente [cargo que existe pra substituições eventuais ou definitivas], o general Mourão tá propondo uma reforma política, pelo fim da proliferação de partidos e adoção de um sistema com voto distrital misto. Se rolar, O PRTB, pelo qual elegeu-se vai sobreviver até as eleições 2022 ?

+

JUSTIÇAS - No Supremo até 2042, Toffoli [ex-advogado do PT de Lula] 'interpretou' que o COAF não podia fornecer - sem pedido judicial - movimentações suspeitas de dinheiro [caso do senador Bolsonaro - ainda deputado no Rio]. Bastam mais 5 colegas decidirem assim, pra acabar com a Lava Jato do MP ?

+

EDITOR - **A coluna diária de política do cronista e jornalista** CESAR NETO **tornou-se referência das** LIBERDADES POSSÍVEIS **na sociedade, imprensa e instituições políticas. Recebeu a Medalha Anchieta [Câmara Municipal - São Paulo] e o Colar de Honra ao Mérito [Assembleia Legislativa - São Paulo]**

+

EMAIL cesar@cesarneto.com

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,00

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: jornalodiasp@terra.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

AEB prevê superávit de US$ 52,2 bi na balança comercial

A Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) informou na quarta-feira (17) que revisou suas estimativas para a balança comercial brasileira em 2019, feitas dezembro do ano passado. O superávit, que havia sido estimado em US$ 32,7 bilhões, subiu para US$ 52,2 bilhões na nova projeção, resultado 10,9% abaixo dos valores de 2018 (US$ 58,6 bilhões)

As projeções para exportações subiram de US$ 209,1 bilhões para US$ 223,7 bilhões, uma queda de 6,7% em relação aos US$ 239,8 bilhões estimados anteriormente. No que se refere às importações, as projeções recuaram de US$ 186,3 bilhões para US$ 171,5 bilhões, uma queda de 5,4% em comparação ao resultado de 2018.

O presidente da AEB, José Augusto de Castro, destacou que a corrente de comércio projetada em US$ 395,266 bilhões para este ano ficará abaixo dos US$ 421,114 bilhões apurados no ano passado, e distante do recorde de US$ 482,292 bilhões de 2011. "O que gera a atividade econômica não é o superávit e, sim, a corrente de comércio que, em queda, faz a atividade econômica cair."

Revisão

Segundo a associação, algumas "surpresas" contribuíram para a revisão, para baixo, da balança comercial. Entre elas, a queda da barragem da mineradora Vale, em Brumadinho (MG); a guerra comercial entre China e Estados Unidos; a crise na Argentina, que acelerou este ano; o Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os produtos e serviços produzidos no país) brasileiro, cuja previsão inicial era de 2,5% e caiu para menos de 0,8%; além do crescimento da China, que será menor do que em anos anteriores.

"O conjunto contribuiu para oscilações das *commodities* (produtos minerais e agrícolas comercializados no exterior). No caso do Brasil, foi mais para baixo do que para cima", disse Castro. Ele lembrou que a peste suína na China teve impacto na exportação de carnes e de soja brasileira.

Segundo Castro, a pauta de exportações brasileiras continua concentrada em *commodities* e não em manufaturados, de maior valor agregado. A previsão é exportar manufaturados em torno de US$ 79 bilhões, valor menor que em 2007. "É muito baixo. Infelizmente, está muito ruim", afirmou.

Reformas

A aprovação das reformas estruturais previdenciária e tributária é importante, mas seu efeito só será sentido mais adiante, disse Castro. "Cria expectativa para o futuro, mas é difícil ter impacto ainda em 2019,"

A decisão que teria impacto imediato, segundo ele, seria o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). "É a única medida que pode reduzir a burocracia."

Criado pelo governo federal em 2014, o Reintegra garante crédito tributário correspondente a até 3% da receita de exportação para as empresas produtoras que exportem bens e que cumulativamente tenham sido industrializados no país. Em função de decretos assinados em 2015 e 2018, esse crédito caiu de 3% para 2% e de 2% para 0,1%, o que é criticado pelo setor exportador.

O Brasil também precisa de melhor infraestrutura, "mas vai demandar tempo para ser construída".

Argentina

O presidente da AEB disse que 98% do total exportado para a China são commodities e que o Brasil não exporta manufaturados para os chineses porque não tem preço competitivo. O mercado brasileiro de manufaturados está concentrado na América do Sul, onde nosso principal importador é a Argentina, que está em crise. "Não temos mercados alternativos."

De acordo com Castro, os mercados norte-americano e europeu se mantêm basicamente em função de operações intercampo, entre matriz e filiais. A Argentina é obrigada a gerar superávit comercial e, como não amplia as exportações, coloca obstáculos na importação. Um desses obstáculos é a taxa de estatística, que custava US$ 50 por operação e agora pode chegar até US$ 120 mil. "É claramente uma barreira tarifária."

Com isso, o Brasil poderá ter neste ano déficit comercial com a Argentina, o que não ocorre desde 2003 disse.

As exportações brasileiras para o mercado argentino caíram de US$ 17,6 bilhões em 2017 para US$ 14,9 bilhões no ano passado, e devem sofrer nova retração em 2019, passando para US$ 10,2 bilhões. "Quase 70% de queda em dois ou três anos." (Agencia Brasil)

Aplicativos de transporte aumentam financiamento de veículos

Os aplicativos de transporte estão impactando o mercado de crédito para veículos. Os financiamentos para compra de carros, motos e caminhões cresceu 9,1% no primeiro semestre deste ano em comparação com o mesmo período de 2018. Segundo levantamento da B3, que opera o Sistema Nacional de Gravames (SNG), os financiamentos possibilitaram a compra de 2,87 milhões de unidades, sendo que 1,06 milhão são veículos novos – aumento de 9,7%. Os usados totalizaram 1,81 milhão de unidades, uma alta de 8,7%.

Entre os fatores que explicam o aumento das vendas está o mercado criado pelos aplicativos como Uber, 99 e Cabify. "Muita gente que fica desempregada enxerga no setor de transportes uma alternativa de renda e para isso precisa de um automóvel", explicou a coordenadora da graduação em Economia do Insper, Juliana Inhasz.

Esse crescimento promovido pelos investimentos em automóveis, sejam comprados ou alugados, para fazer o transporte de passageiro, já vem sendo observado desde o ano passado, de acordo com o economista chefe da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), Nicola Tingas. "Tem um impacto importante. Desde o ano passado isso é notório", disse.

Mercado ainda fraco

Tingas destacou, no entanto, que esse crescimento não significa um aquecimento do mercado de consumo, mas um investimento dos que pretendem trabalhar nesse sistema. "Para mim, esse tipo de financiamento indireto, via Uber, não é um consumo. Ele não comprou um carro para uso pessoal ou para lazer", acrescentou.

Nesse sentido, de compras de veículos como ferramenta de trabalho, também vai o aumento das compras de caminhões, que representaram a maior expansão percentual no período. Nos primeiros seis meses de 2019 foram financiadas 128,8 mil unidades de veículos pesados, uma alta de 23,47% em relação ao primeiro semestre de 2018.

Juliana Inhasz disse, entretanto, que há ainda uma recuperação do mercado após quatro anos recessivos devido a melhora da renda e das condições de crédito, com juros mais baixos. "Apesar da alta ser significativa, a gente está falando de uma base muito ruim. Parece uma bruta de uma alta, mas, na verdade, é uma recomposição, a gente está tentando recuperar um setor que tinha sofrido muito com a crise", ponderou.

Entre os fatores que indicam condições mais favoráveis na economia está, segundo a professora, a queda no desemprego. "Tem uma melhora do mercado, porque a taxa de desemprego tem caído, devagar, mas tem caído", ressaltou.

Apesar das boas notícias, a economista acredita que ainda há um longo caminho pela frente antes que a indústria automobilística volte ao mesmo patamar que teve antes da crise. "Pelo menos 6 anos de trabalho para voltar ao que era em 2012, 2013. Em um cenário otimista", disse. (Agencia Brasil)

Indústria paulista fecha semestre com mais 2,5 mil postos de trabalho

A indústria paulista encerrou o primeiro semestre deste ano com saldo positivo na geração de postos de trabalho. De janeiro a junho, o nível de emprego na industria aumentou 0,11%, com saldo positivo de 2,5 mil vagas. No acumulado dos últimos 12 meses, no entanto, houve queda de 2,42% ou saldo negativo de 52 mil postos de trabalho no setor.

No mês de junho, a indústria paulista fechou 13 mil postos de trabalho, uma queda de 0,61%. Os dados foram divulgados na quarta-feira (17) pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

"A geração de emprego foi fraca no primeiro semestre, ficando abaixo das nossas expectativas. Esse resultado sinaliza que a indústria paulista deve ter fechamento líquido de vagas no ano de 2019", disse o segundo vice-presidente da Fiesp, José Ricardo Roriz.

Entre os setores pesquisados em junho, 77% apresentaram queda no nível de emprego: quatro contrataram, 17 demitiram e um permaneceu estável.

Os principais destaques negativos foram registrados nos segmentos de veículos automotores, reboque e carroceria (com fechamento de 2.260 postos de trabalho), de produtos alimentícios (-2.074) e de confecção de artigos do vestuário e acessórios (-1.305).

No campo positivo, figuraram produtos diversos (abertura de 318 vagas); bebidas (199) e celulose, papel e produtos de papel (156). (Agencia Brasil)

Queda de comércio com EUA afeta exportações brasileiras

As exportações brasileiras recuaram 10,4%, em valor, na comparação de junho deste ano com o mesmo período do ano passado. No acumulado do primeiro semestre, a queda chegou a 3,5%.

Os dados são do Índice de Comércio Exterior (Icomex) da Fundação Getulio Vargas (FGV).

De acordo com a FGV, o resultado foi puxado pela queda nas exportações para os principais parceiros do país: Estados Unidos, China e Argentina. No caso do nosso vizinho sul-americano, o recuo das vendas brasileiras é explicado pela crise econômica naquele país.

No caso da China, que é destino de 26% das nossas exportações, a queda do valor exportado em junho foi 4,1%. Segundo a FGV, houve uma queda de 3,7% no volume exportado e de 1,9% no preço desses produtos.

No caso dos Estados Unidos, houve uma queda de 12,2% no valor exportado em junho, depois de um crescimento no mês anterior. O preço dos produtos exportados para o mercado norte-americano caiu 10,6% e o volume, 1,6%.

Apesar da queda do valor exportado para outros países, a balança comercial brasileira conseguiu fechar o mês com um saldo positivo de 5 bilhões de dólares e o semestre, com superávit e 26 bilhões. (Agencia Brasil)

MP faz operação contra empresários de alimentação no Rio

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) fez na quarta-feira (17) uma operação contra acusados de integrar uma organização criminosa responsável por fraudar valores do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

De acordo com o MPRJ, os denunciados no esquema criaram 11 empresas no setor alimentício que, na verdade, faziam parte um único grupo empresarial, o Golden Foods.

Eles são acusados de sonegar cerca de R$ 305 milhões, por meio de fraudes para reduzir os valores devidos, como a realização de operações fictícias entre empresas irmãs para gerar créditos de ICMS.

Segundo o MPRJ, algumas das empresas do grupo foram criadas de forma fraudulenta, com a colocação de "laranjas" (pessoas que emprestam o nome para ocultar o verdadeiro proprietário) em seu quadro societário.

Foram denunciadas quatro pessoas da mesma família. Eles respondem pelos crimes de falsidade ideológica e contra a ordem tributária. Além de pedir a prisão dos acusados, o MPRJ pede o pagamento de um valor igual ou superior ao montante sonegado, de forma a reparar o prejuízo causado aos cofres públicos do estado. (Agencia Brasil)

INTERNACIONAL

Representantes do Brics conhecem inovações agrícolas do Brasil

Foto: José Cruz/ABr

Ministra *da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina*

Com o objetivo de conhecer melhor as inovações e as tecnologias agrícolas brasileiras, vice-ministros de Agricultura do Brics, bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, estiveram na quarta-feira (17) em Brasília. Eles conversaram com a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, e com o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), João Martins.

O encontro é preparatório da 9ª Reunião de Ministros de Agricultura do Brics, que será realizada em Bonito (MS), em setembro. Além do encontro com a ministra Tereza Cristina e com a cúpula da CNA, os representantes do Brics visitaram uma unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), onde conheceram os laboratórios que testam novas variedades de cana-de-açúcar e bancos de sementes e mudas.

Brasil está pronto

Após o encontro com a delegação do Brics, a ministra Tereza Cristina disse que o encontro foi uma oportunidade de mostrar as inovações produzidas pelo Brasil no que se refere à adaptação da agricultura tropical às mudanças climáticas. Ela destacou que o Brasil "está pronto e disposto a contribuir para garantir a segurança alimentar global, incorporando, no centro de sua estratégia, os princípios do desenvolvimento sustentável".

Lembrando que o Brics é formado por compradores e vendedores de produtos agrícolas, a superintendente de relações internacionais da CNA, Lígia Dutra, disse que o encontro com a delegação do bloco serviu para "aproximar esses mercados da produção brasileira".

De acordo com o diretor de Relações Internacionais da CNA, Gedeão Pereira, no que se refere à agricultura "o Brasil é a expectativa do mundo", uma vez que países de grande contingente populacional contam com a produção brasileira para garantir a segurança alimentar de seus habitantes. (Agencia Brasil)

Países do Mercosul têm convergência para aumentar competitividade

Foto: Alan Santos/PR

Mercosul

O Ministério das Relações Exteriores avalia que há uma convergência entre os quatro países-membros do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) para transformar o bloco em instrumento para aumentar a competitividade e a integração de suas economias com os mercados regional e global. "O acordo com a União Europeia é evidência deste novo momento vivido pelo Mercosul", diz a nota do Itamaraty.

O presidente Jair Bolsonaro recebeu a presidência pro tempore (rotativa) do Mercosul ao participar na quarta-feira (17) da 54ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, em Santa Fé, na Argentina. Ao discursar na sessão plenária, Bolsonaro disse que vai trabalhar para acelerar a modernização do grupo.

"Durante sua presidência, o Brasil buscará preservar e fortalecer as linhas de ação adotadas durante o mandato argentino, no sentido de intensificar a negociação de acordos comerciais externos, reduzir a Tarifa Externa Comum e dar seguimento aos esforços de racionalização do funcionamento do bloco, com diminuição de custos e burocracia", informa a diplomacia brasileira. (Agencia Brasil)

Bolsonaro diz que vai trabalhar pela modernização do Mercosul

Ao discursar na sessão plenária da 54ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, em Santa Fé, na Argentina, o presidente Jair Bolsonaro disse que vai trabalhar para acelerar a modernização do bloco sul-americano. Durante o encontro, o Brasil vai assumir a presidência pro tempore (rotativa) do grupo pelos próximos seis meses.

"Quero aproveitar a ocasião para firmar o compromisso do meu governo com a modernização e a abertura do nosso bloco, fazendo dele um instrumento de comércio com o mundo, sem o viés ideológico que tanto critiquei enquanto parlamentar. Vencemos essa barreira, e a conclusão do acordo de livre comércio com a União Europeia é resultado concreto dessa nova orientação", disse.

Após o acordo com a União Europeia, Bolsonaro disse que o bloco planeja concluir as negociações com a Associação Europeia de Livre Comércio e avançar nas conversas com o Canadá, a Singapura e a Coreia.

O presidente destacou o acordo assinado na quarta-feira, (17) que elimina a cobrança de roaming internacional de serviços de telecomunicações entre pessoas que residem nos países-membros do bloco. "Temos aí um exemplo da diferença para melhor que o Mercosul pode fazer no cotidiano do cidadão, eliminando dificuldades e burocracias."

Bolsonaro também disse que o Brasil vai continuar o trabalho da presidência pro tempore argentina de revisão da tarifa externa comum (TEC) para a modernização da política comercial do Mercosul e de reforma institucional do bloco com enxugamento do número de órgãos. "Para que sigamos colhendo frutos, precisamos trabalhar por um Mercosul enxuto e dinâmico", defendeu.

O presidente também afirmou que, à frente da presidência rotativa do grupo, vai focar nas negociações externas. "Compartilhamos a visão de que para cumprir seu papel de motor do desenvolvimento o nosso bloco deve se concentrar em três áreas: as negociações externas – aí com grande apoio do meu ministro das Relações Exteriores, no zelo das indicações das embaixadas também sem o viés ideológico do passado. E quem sabe um grande embaixador nos Estados Unidos brevemente. Então, focamos nisso, na nossa tarifa externa comum e em nossa reforma institucional." (Agencia Brasil)

MAURICIO PICAZO GALHARDO

BRICS. Os Ministérios da Agricultura da Rússia, Índia, China e África do Sul já confirmaram presença para a reunião de Vice-Ministros de Agricultura do Brics (bloco que reúne os cinco países), programada para ocorrer nos dias 17 e 18 de julho, em Brasília. O bloco formado por cinco países de economias em desenvolvimento (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) representa cerca de 42% da população mundial, 23% do PIB (Produto Interno Bruto), 30% do território e 18% do comércio mundial.

CODEX. O brasileiro Guilherme Costa foi reeleito para a Presidência da Comissão Codex Alimentarius. A reeleição ocorreu por aclamação, que é quando todos os países concordam com a escolha de um mesmo nome e nenhum outro membro lança candidato para concorrer ao cargo. A decisão ocorreu segunda-feira (8), durante a 42ª Sessão da entidade, em Genebra, na Suíça.

PARAGUAI. Brasil e Paraguai firmaram dia (9) um memorando de entendimento sobre temas na área sanitária animal e vegetal. O assunto foi tratado em encontro da ministra da Agricultura, Tereza Cristina com o ministro da Agricultura paraguaio, Denis Lichi, em Assunção. Segundo a ministra, o memorando trata de temas como vazio sanitário, uso de defensivos agrícolas, época de plantio de soja e a construção de um banco de vacinas público de aftosa entre os dois países.

PONTE. A construção de ponte entre Porto Murtinho (MS) e o distrito paraguaio de Carmelo Peralta, que permitirá o acesso do Brasil a portos do Oceano Pacífico foi destacada pela ministra Tereza Cristina, depois de reunião realizada com o presidente do Paraguai, Mario Abdo, e demais autoridades de governo.

BIOCEÂNICA. Orçada em US$ 70 milhões, a ponte será construída pela Itaipu Binacional no Paraguai, com conclusão prevista para 2023. A obra integra a Rota Bioceânica e permitirá o acesso rodoviário ao Pacífico em 1.400 quilômetros. A fase atual é de licitação do projeto e da fiscalização.

CHOCOLATE. O brasil já foi o maior exportador de cacau e hoje ocupa a sétima posição na produção mundial, mas com perspectivas de aumentar sua participação, principalmente na venda de produtos com maior valor agregado, como chocolate fino. Produtores investem no aumento da produtividade por hectare para crescer no cenário global. A história da lavoura cacaueira no Brasil é permeada por momentos de altos e baixos.

VACINAÇÃO. A primeira etapa de imunização 2019 foi realizada no mês de maio. O Estado de São Paulo bateu um novo recorde no índice de vacinação contra a febre aftosa na primeira etapa da campanha de 2019. O índice superou a marca anterior de imunização total do rebanho, que foi de 99,41%, segundo dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. O rebanho paulista envolvido na campanha, um total de 10.557.596 bovídeos (bovinos e bubalinos), está distribuído em 125.426 propriedades rurais.

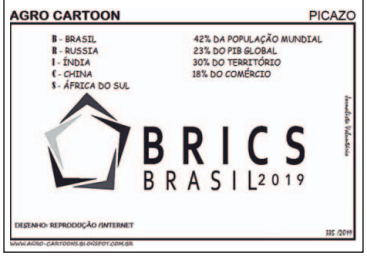
SEMANA DO OVO. A Associação dos Avicultores de Minas Gerais (Avimig) convocou seus associados a já se organizarem para a campanha da Semana do Ovo 2019 (7 a 11 de outubro). A Semana do ovo é uma celebração nacional realizada pelo Instituto Ovos Brasil em conjunto com patrocinadores, empresas, produtores, fornecedores e principalmente as associações estaduais.

PORTA. A Associação Rural do Uruguai convocou gerentes e sindicatos rurais para analisar o recente acordo Mercosul / União Européia. Os presidentes da Associação dos Produtores de Arroz (ACA), Confederação Granjera, e da Comissão Nacional de Desenvolvimento Rural, bem como delegados da Associação Nacional de Produtores de Leite, participou de uma extensa e dedicada reunião que expôs Valeria Csukasi e Guillermo Valles. Também os presidentes do Uruguai Apicultura Society, Sociedade de Produtores Florestais e Associação dos Produtores Agrícolas de Canelones, todos os membros da ARU.

ACREDITAR. Após a reunião, o Diretor de Assuntos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, Valeria Csukasi, disse Rural El País que o acordo de livre comércio assinado com a União Europeia ", mostrou que os tempos em que o Mercosul não foi visto como confiável e Ninguém acreditava que eles poderiam fechar um negócio são questões do passado".

EDITOR. O jornalista Mauricio Picazo Galhardo tem 62 anos, é paulistano do bairro do Brás. Esteve por dois anos morando no exterior; na República Oriental do Uruguai, República do Paraguai e República Argentina. Em 2013 se interessou pelo setor do agronegócio, onde agora tem esta coluna semanal de noticias do agronegócio em geral. Também é o autor do quadrinho semanal Agro-Cartoon, publicado no site: www.agro-cartoons.blogspot.com.br.

Email: mauricio.picazo.galhardo@hotmail.com.



Governo quer reduzir alíquota do IR para máximo de 25%, diz presidente

O presidente Jair Bolsonaro afirmou na quarta-feira (17) que o governo vai trabalhar por uma reforma tributária mexendo apenas em impostos federais, com perspectiva de redução da carga tributária ao longo dos anos. Uma das mudanças seria a redução da alíquota máxima do imposto de renda (IR) para 25%. Atualmente, pessoas físicas pagam até 27,5% e pessoas jurídicas, como empresas, pagam até 34% de IR. Outra ideia do governo é unificar impostos e contribuições federais, como PIS, Cofins, IPI e IOF, em um imposto único.

"O que nós queremos fazer, conforme explanação do Marcos Cintra, no dia de ontem, na reunião de ministros, é mexer só com os tributos federais. Uma tabela de imposto de renda de, no máximo, 25%, e dar uma adequada. E nós queremos, segundo o próprio Onyx Lorenzoni falou,em reunião, nós queremos, ano a ano, ir reduzindo nossa carga tributária", afirmou o presidente em entrevista a jornalistas logo após participar da cúpula do Mercosul, em Santa Fé, na Argentina.

O Brasil assumiu a presidência pro-tempore do bloco pelos próximos seis meses. Durante seu discurso na cúpula, Bolsonaro afirmou que pretende trabalhar pela redução de tarifas e ampliação de acordos comerciais. O presidente retorna ainda na tarde desta quarta-feira para Brasília.

Ainda na entrevista, Bolsonaro disse que esta semana devem ser anunciadas novas regras para saques de contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). "É uma pequena injeção na economia e é bem-vindo isso daí, porque começa a economia, segundo os especialistas, a dar sinais de recuperação", disse.

Perguntado sobre a possibilidade do Senado reincluir estados e municípios na reforma da Previdência, o presidente ponderou que isso deveria ser feito em um projeto paralelo, para evitar que o texto tenha retornar à Câmara dos Deputados.

"Eu acho que não é o caso de mexer nessa proposta, porque ela voltaria para a Câmara. Pode ser uma PEC paralela, é outra história para ser discutida", disse. (Agencia Brasil)

Lava Jato diz que decisão de Toffoli impacta investigações

A força-tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro disseram na quarta-feira (17), que a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, suspendendo investigações com dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e da Receita Federal, sem autorização judicial, terá impacto em "muitos casos" que apuram corrupção e lavagem de dinheiro. O levantamento preciso ainda não foi realizado.

Na decisão proferida na terça-feira (16), o ministro suspendeu todas as investigações que foram baseadas em dados fiscais repassados pelo Coaf e pela Receita, além do Banco Central, ao Ministério Público sem autorização judicial.

Procuradores

Em nota conjunta divulgada à imprensa, os procuradores do MPF afirmam que, ao longo de cinco anos, as forças-tarefas receberam inúmeras informações de indícios de crimes. Segundo os procuradores, o compartilhamento de informações sobre supostas atividades criminosas é dever dos órgãos que utilizam dados bancários e fiscais dos contribuintes.

"A referida decisão contraria recomendações internacionais de conferir maior amplitude à ação das unidades de inteligência financeira, como o Coaf, inclusive em sua interação com os órgãos públicos para prevenir e reprimir a lavagem de dinheiro", diz a nota.

Na manifestação, a Lava Jato também defendeu que a liminar proferida pelo presidente do STF seja rapidamente julgada definitivamente pelo plenário da Corte. De acordo com os investigadores, as apurações não podem ficar paradas.

"A suspensão de investigações e processos por prazo indeterminado reduz a perspectiva de seu sucesso, porque o decurso do tempo lhes é desfavorável. Com o passar do tempo, documentos se dissipam, a memória de testemunhas esmorece e se esvai o prazo de retenção pelas instituições de informações telefônicas, fiscais e financeiras", diz a nota.

Com a decisão de Toffoli, as investigações que estão em andamento em todo o país só poderão ser retomadas após o plenário da Corte decidir sobre a constitucionalidade do compartilhamento, com o Ministério Público, de dados sigilosos de pessoas investigadas. O julgamento da questão deve ocorrer em novembro.

A liminar do ministro atinge todos os inquéritos e procedimentos de investigação criminal (PIC), apuração interna do MP, que tramitam no Ministério Público Federal (MPF), além dos estaduais, em que não houve prévia decisão judicial para repasse dos dados pela Receita, Coaf e Banco Central. (Agencia Brasil)

PGR envia ao STJ parecer contra anulação da condenação de Lula

A Procuradoria-Geral da República(PGR) enviou, na quarta-feira (17), ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), parecer contrário ao pedido da defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para anular a condenação no caso do tríplex do Guarujá (SP).

O parecer foi assinado pelo subprocurador Nívio de Freitas Silva Filho. Lula está preso desde 7 de abril do ano passado, na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, pela condenação no caso.

A defesa de Lula sustentou no STJ que as supostas conversas divulgadas pelo site The Intercept Brasil entre procuradores da Lava Jato e o ex-juiz Sergio Moro revelariam que o julgamento de Lula não foi imparcial.

Ao analisar o caso, o subprocurador entendeu que a defesa não demonstrou como ocorreu a suposta imparcialidade no julgamento e limitou-se a fazer referência às notícias veiculadas na imprensa. Além disso, segundo Nívio de Freitas, o conteúdo divulgado pelo site é ilegal.

"Em que pese todo o estrépito causado pela divulgação do suposto conteúdo - cuja veracidade é contestada e cuja ilegalidade é certa, pois decorrente de ilegal espionagem perpetrada contra autoridades públicas -, o fato é que nada há que sinalize tenha havido qualquer conduta do magistrado [Moro] que possa macular seu proceder no feito, eivando-o de parcial ou ilegal", disse o subprocurador.

Nívio também disse que as provas que embasaram a condenação de Lula foram analisadas pelo STJ e pela segunda instância da Justiça Federal.

"O colegiado, ao que se sabe até então, nada tem a ver com as interceptações realizadas, estando, portanto, livre de qualquer ilação a respeito de sua função judicante, exercida de modo imparcial", disse.

O parecer faz parte dos embargos de declaração, recurso para verificar erros ou contradições na decisão judicial. Em março, a Quinta Turma do STJ reduziu a pena do ex-presidente Lula de 12 anos e um mês para 8 anos e 10 meses de prisão no caso do tríplex. (Agencia Brasil)

Registro de crimes cai no primeiro trimestre do ano

Dados do Sistema Nacional de Segurança Pública (Sinesp) mostram que a ocorrência de crimes no país caiu no primeiro trimestre deste ano na comparação com o mesmo período do ano passado. Os números foram divulgados terça-feira (16) pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Segundo os boletins de ocorrência dos estados e do Distrito Federal, os índices que mais caíram foram os referentes aos crimes de roubo a instituições financeiras (-41%); roubo de carga (-38%) e roubo de veículos (-30%).

No caso de roubo a instituições financeiras, no primeiro trimestre, foram registradas 160 ocorrências, contra 273 no mesmo período de 2018. Quanto ao roubo de cargas, foram 5.938 casos no primeiro trimestre de 2018 e 3.680, no mesmo período de 2019.

Já o roubo de veículos apresentou, de janeiro a março, 19.633 ocorrências a menos do que no mesmo período do ano passado. Em 2018, foram 66.477 casos, contra 46.844 em 2019.

Também houve redução de 23% nos índices de latrocínio (roubo seguido de morte); de 22% nas taxas de homicídio doloso; de 12% nas de furto de veículos; de 11% em tentativas de homicídio e de 5% nos registros de estupro.

De acordo com o ministério, os registros do mês de março também mostram tendência de redução das taxas de criminalidade. No cruzamento de dados do mês, o roubo a instituições financeiras apresentou redução de 58%, maior índice percentual registrado. Os registros de latrocínio aparecem em seguida, com queda de 34%, os de roubo de carga, com redução de 33% e os de roubo de veículos, de 42%.

Os números mostram ainda queda no registro de crimes de lesão corporal seguida de morte (-16%); homicídio doloso e furto de veículos (-14%); estupro(-13%), menor do que o apurado no mesmo mês do ano passado; e de tentativa de homicídio (-7%). (Agencia Brasil)

Reitores têm dúvidas sobre o programa Future-se

Reitores das universidades federais ainda vão analisar o programa Future-se, apresentado na quarta-feira (17), pelo Ministério da Educação (MEC), para se posicionar sobre as medidas. As dúvidas, segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (Andifes), vão desde os requisitos e contrapartidas para participar até o papel que será desempenhado pelas organizações sociais (OS).

"Ninguém, em sã consciência, seria contra captar novos recursos para custeio das universidades. O problema é como isso se constitui numa legislação e quais os requisitos para a adesão. Vamos ter que analisar como será essa conformação jurídica", disse o presidente da Andifes, Reinaldo Centoducatte.

Algumas medidas anunciadas, segundo Centoducatte, já são praticadas nas universidades. Já outras, como a transferência de recursos públicos para organizações sociais (OS), sem licitação ou ata de registro de preços, não são permitidas legalmente.

Foto: Marcelo Camargo/ ABr

Ministro *da Educação Abraham Wentraub*

Organizações sociais

Entre as medidas do Future-se está a criação de um fundo de natureza privada, cujas cotas serão negociadas na Bolsa de Valores, para financiar as universidades e institutos federais.

De acordo com o MEC, a operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão firmados pela União e pela instituição de ensino com OS, que são entidades de caráter privado que recebem o status social ao comprovar eficácia e fins sociais, entre outros requisitos.

Os contratos de gestão poderão ser celebrados com organizações sociais já qualificadas pelo MEC. Além disso, as fundações de apoio poderão ser qualificadas como organizações sociais.

"Há pontos obscuros sobre qual será o papel das OS. O que significa transferir a responsabilidade de gestão para uma OS? No que isso impacta a autonomia da universidade?", questiona o vice-presidente da Andifes, João Carlos Salles.

"A universidade é o tempo todo submetida, transparentemente, à avaliação pública, à avaliação dos órgãos de controle. Autonomia não é soberania, não criamos leis, mas temos, no abrigo da lei, autonomia para realizar nossas funções", disse Salles.

Próximos passos

O MEC pretende apresentar um projeto de lei para ter condições de implementar o programa Future-se. O texto será disponibilizado em consulta pública, a partir desta quarta-feira (17), que ficará aberta para receber contribuições da sociedade até o dia 7 de agosto. As propostas serão compiladas pela pasta. A intenção é que PL seja enviado ao Congresso no dia 28 de agosto.

Contingenciamento

Os reitores ressaltam as dificuldades financeiras das universidades, uma vez que, este ano, o MEC contingenciou, em média, 29,74% do orçamento discricionário das universidades federais. Esses recursos, segundo a Andifes, são usados principalmente para o pagamento de energia elétrica e vigilância.

"As universidades não têm garantia do funcionamento nos próximos meses. Nesse momento, temos um presente que ameaça o funcionamento regular das instituições", disse Salles.

Os reitores ressaltaram ainda a falta de diálogo do governo com as universidades para a elaboração do novo programa. Os reitores reuniram-se com o MEC, um dia antes da apresentação do programa. (Agencia Brasil)

BNDES vai apoiar pela primeira vez projeto de Internet das Coisas

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou o seu primeiro apoio a um projeto-piloto de Internet das Coisas. A iniciativa visa testar sensores para auxiliar no monitoramento de oferta de oxigênio a pacientes com enfisema pulmonar.

O termo "Internet das Coisas" (IdC, ou IoT na sigla em inglês) vem sendo adotado nos últimos anos para designar um ecossistema em que não apenas pessoas estão conectadas por meio de seus computadores e smartphones, mas também dispositivos estão interligados entre si, com usuários e com sistemas complexos de coleta, processamento de dados e aplicações de diversos tipos.

O apoio do BNDES é resultado de uma chamada para financiamento de projetos piloto voltados a fomentar essa tecnologia. A iniciativa escolhida foi proposta pelo centro de pesquisa CESAR, com sede em Recife, Pernambuco, em parceria com a Startup Salvus. O investimento total deve chegar a R$ 2 milhões, sendo R$ 1 milhão aportado a fundo perdido.

O projeto pretende testar durante 16 meses a quantidade de oxigênio ministrada a pacientes de enfisema pulmonar. Segundo dados do Sistema Único de Saúde, a doença gera 8,6 mil mortes por ano e 118 mil internações. Participarão da avaliação pessoas internadas em hospitais ou em cuidados domiciliares.

Com a inserção dos sensores, os dados sobre o volume de oxigênio serão transmitidos a uma base de dados. Profissionais de saúde poderão monitorar a situação dos pacientes, verificando se há falta ou superdosagem de gás. Para os pacientes em cuidado domiciliar, a tecnologia também vai informar a necessidade de troca dos cilindros de oxigênio.

Após o teste, os pesquisadores devem fazer uma avaliação da eficácia do sistema, das possibilidades de fabricação e da viabilidade econômica de um eventual lançamento do produto no mercado. Segundo o BNDES, os pesquisadores cogitam também outras aplicações, como no controle de outros gases ou fluidos.

Projetos

Outras propostas recebidas pelo BNDES estão em análise. Entre elas projetos de monitoramento de insumos hospitalares, soluções para digitalização de processos em unidades de saúde, otimização do uso de máquinas agrícolas, gestão de pragas agrícolas, otimização do gasto de energia e uso de câmeras e visão computacional para segurança pública. (Agencia Brasil)

Guedes elogia ideia para reincluir estados na reforma da Previdência

A reinclusão dos estados e dos municípios na reforma da Previdência pelo Senado ajudaria o país, disse na quarta-feira (17) o ministro da Economia, Paulo Guedes. Em entrevista a jornalistas em Santa Fé, Argentina, onde ocorre a reunião de cúpula do Mercosul, ele elogiou a ideia de reinserir as prefeituras e os governos estaduais na reforma por meio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) paralela.

Reafirmando que a inclusão dos servidores públicos estaduais e municipais resultaria numa economia adicional de R$ 350 bilhões, Guedes não quis comentar mais detalhes sobre o texto aprovado em primeiro turno pela Câmara dos Deputados na última sexta-feira (12). Ele, no entanto, se disse confiante nos esforços do Congresso, tanto para aprovar a reforma da Previdência como para reincluir os governos locais.

"Vamos esperar o trabalho do Congresso porque eu confio no Congresso. Ainda tem segundo turno [na Câmara], tem Senado. Está se falando que Senado vai incluir estados e municípios. São mais R$ 350 bilhões. Isso é importante para o Brasil, ajuda bastante. Então tem muita coisa para acontecer", declarou o ministro, na primeira manifestação pública após a votação na Câmara.

O ministro esclareceu que a economia total para o governo federal nos próximos dez anos, estimada em R$ 900 bilhões, ficou inferior à estimativa inicial de R$ 1 trilhão pedida pela equipe econômica. No entanto, disse ficar contente se os estados e os municípios voltarem para a reforma. "Nós estamos falando do Brasil, não é só da União. Se voltam R$ 350 bilhões via Senado, isso é bom para o Brasil, porque Estados e municípios também participam desse ajuste que o sistema previdenciário precisa", acrescentou.

Capitalização

O ministro não quis comentar a intenção do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), de encaminhar uma nova PEC ao longo do segundo semestre para reinserir a capitalização, sistema em que cada trabalhador tem uma conta individual de Previdência. Ele, no entanto, defendeu a proposta, dizendo que ela ajudará o país a retomar o crescimento.

"Essas reformas são importantes. Em relação à Previdência, o que temos dito é que o sistema de repartição [em que os trabalhadores na ativa financiam as atuais aposentadorias] está condenado. Então, gostaríamos de mudar o eixo para um sistema de capitalização, que bota o Brasil pra crescer. O Brasil pode crescer 4%, 5% ao ano se tiver um mecanismo automático de acumulação de recursos", declarou.

Mercosul

Sobre o Mercosul, Guedes disse que, paralelamente à reforma da Previdência, o governo trabalhou para concluir o acordo entre o Mercosul e a União Europeia e agora busca dar continuidade a abertura comercial gradativa da economia brasileira. "O mundo inteiro cresceu muito mais que a economia brasileira nos últimos 30 anos porque eram economias que estavam integradas. Todo mundo crescendo junto. E o Brasil ficou para trás. Queremos sair do modelo de substituição de importações para um modelo de integração competitiva com as economias globais. Em serviços, em investimentos, em comércio", comentou.

Sobre uma eventual moeda única entre o Brasil e a Argentina, levantada pelo presidente Jair Bolsonaro em visita ao país vizinho no mês passado, Guedes disse que a ideia é discutida "num horizonte distante" e não tem previsão de entrar em vigor tão cedo e pode até nunca avançar, dependendo do resultado das eleições presidenciais argentinas, no fim de outubro.

"Como a Argentina está com inflação alta, poderia ser mais oportuno [para os argentinos] tentar acelerar a convergência para uma moeda comum. Mas, do ponto de vista objetivo, não teve nada. Foi uma conversa. Estávamos falando de um horizonte mais distante onde desembocaríamos depois de uma integração econômica. Evidente que se isso fosse acelerado poderia ajudar na situação argentina, mas não é algo simples. Teria que ser muito estudado. Se muda o cálculo político, pode ser até impossível", concluiu o ministro. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

XPCE Joaquim Marra Participações S.A.
NIRE 35.300.425.409 - CNPJ/MF nº 25.07.8.080/0001-03
Extrato da Ata de Assembleia Geral Ordinária de 13.05.2019
Data, hora, local: 13.05.2019, 10:45hs, na sede da Companhia. **Convocação**: Dispensada. **Presença:** Totalidade dos acionistas. **Mesa:** Presidente: Pedro Eduardo Cassab Carraz, Secretário: Lucas Paravizo Claudino. **Deliberações aprovadas**: **1.** As contas dos administradores da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2018 publicadas nos jornais DOESP e O Dia SP em 03.05.2019. **2.** Destinação do lucro líquido do exercício social de 31.12.2018, no valor total de R$ 1.319.808,09 de seguinte forma: Absorção de prejuízos anteriores: R$ 442.297,48, Reserva de lucros a realizar: R$ 877.511,80, 2.1. Registrar que os acionistas diretos e indiretos da Companhia tiveram amplo e irrestrito acesso a todo e qualquer documento necessário com 1 mês de antecedência a contar da presente data. 2.2. Os acionistas por unanimidade concordam com a destinação do Lucro Líquido do Exercício e renunciam expressamente aos dividendos mínimos obrigatórios. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 13.05.2019. Acionista: XPCE RE Fundo de Investimento Imobiliário. P.XP Vista Asset Management Ltda. JUCESP 330.392/19-0 em 18/06/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Vega Engenharia Ambiental S.A. - CNPJ nº 01.832.326/0001-48 - NIRE nº 35.300.149.939
Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária de 06.05.2019
Data, hora, local: 06.05.2019, às 09h45min, na sede social, Avenida Gonçalo Madeira, 400 FR, térreo, sala 2, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Arnaldi Vargas Pereira da Silva, Secretário: José Inacivitto Diniz. **Deliberações Aprovadas**: **a)** O relatório da diretoria, contendo as Demonstrações Contábeis encerrada em 31.12.2017, publicados no DOESP de 28.04.2018 e no Jornal O DIA SP de 28, 29 e 30/04, 01 e 02.05.2018; **b)** As contas de 31.12.2017, com lucro líquido de R$ 28.445.615,84, observando que o montante de R$ 27.545.763,01 foi destinado à quitação dos prejuízos acumulados nos exercícios anteriores e o saldo de R$ 899.852,83 para a conta de Retenção de Lucros. **c)** O relatório da diretoria, contendo as Demonstrações Contábeis encerrada em 31.12.2018, publicados no DOESP e no Jornal O DIA SP de 30.04.2019. Os acionistas, na forma do artigo 133, §4º da Lei das S.A., consideraram sanada a falta de publicação de avisos e a inobservância do prazo de 30 dias para a publicação dos documentos mencionados. **d)** As contas do exercício social findo em 31.12.2018, com lucro líquido de R$ 46.538.800,92, sendo o valor de R$ 44.203.599,21, distribuído entre os acionistas à titulo de dividendos, já deduzidos os valores pagos antecipadamente, cuja declaração é ora ratificada e o saldo de R$ 2.335.201,61 para a conta de Retenção de Lucros; **e)** A não instalação do Conselho Fiscal. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 06.05.2019. Acionistas: Solvi Participações S.A. (por Celso Pedroso e Lucas Quintas Radel) e Servy Participações S.A. (por Celso Pedroso e José Francivitto Diniz). JUCESP nº 361.043/19-3 em 10.07.2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

1ª Vara Cível do Foro Regional XI - Pinheiros/SP. 1º Ofício Cível. Edital de Notificação. Prazo 20 dias. Processo nº 1000854-80.2019.8.26.0011. O Dr. Paulo Henrique Ribeiro Garcia, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional de Pinheiros/SP. Faz Saber a Rosemeire Duarte Gilein (CPF: 088.929.098-50) e Roger Pereira Gilein (CPF: 306.565.638-85), que Sabre Segurança e Vigilância Ltda e C.R. Moura Sistemas de Segurança Ltda ajuizaram uma Interpelação Judicial objetivando a rescisão do Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviço de Segurança Comercial, firmado em 20 de dezembro de 2018. Estando os NOTIFICADOS em lugar ignorado, expede-se edital, o qual será afixado e publicado na forma da lei. SP, 11/07/2019. 18 e 19 / 07 / 2019

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1064272-21.2016.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 35ª Vara Cível. do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Gisele Valle Monteiro da Rocha, na forma da lei, etc. FAZ SABER aos demais ocupantes do imóvel localizado à Av. Dom Pedro I, 1028, Vila Monumento, CEP 01552-000, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Reintegração / Manutenção de Posse por parte de Reynaldo Battaglia Nogueira,objetivando a reintegração de posse do imóvel. Encontrando-se os requeridos em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 18 e 19 / 07 / 2019

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0009283-81.2013.8.26.0008. O Dr. Fábio Rogério Bojo Pellegrino, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional do Tatuapé/ SP. Faz Saber a R.S.F. Pimenta Transportes ME (CNPJ. 05.874.925/0001-85), que Bradesco Leasing S/A Arrendamento Mercantil lhe ajuizou ação de Reintegração de Posse com Pedido de Liminar, em razão do inadimplemento do Contrato de Arrendamento Mercantil nº 1252280, através do qual a requerida, arrendou do requerente, o seguinte bem: Caminhão modelo 26.300 3 eixos, marca Volkswagen, chassi 9BWKW82J71R118658, ano fabricação 2001, ano modelo 2001, cor branca, placa DAJ-1247, Renavam 771108661. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça resposta, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 27 de maio de 2019. 18 e 19 / 07 / 2019

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1109655-22.2016.8.26.0100.O MM. Juiz de Direito da 41ª Vara Cível. do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Regis de Castilho Barbosa Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Alessandro Barbosa Sá (CPF 358.552.528-84), que HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 133.524,06 (setembro de 2016), decorrente do Contrato de Cheque Especial nº 0353-00429-70, Contrato de Crédito Parcelado Pré-PremierPrice nº 0353- 05356-80, Contrato de Crédito Parcelado PréPremier-Price nº 0353-045424-96 e Contrato de Crédito Parcelado Pré-Premier-Price nº 0353-05463-13. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 18 e 19 / 07 / 2019

Edital de Citação Prazo 20 dias Processo nº 0026782-84.2013.8.26.0003. A Dra. Lidia Regina Rodrigues Monteiro Cabrini, Juíza de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional do Jabaquara/SP. Faz Saber a Davila Barbosa Lista ME (CNPJ. 11.907.717/0001-38) e a José Marcelino Machado (CPF: 845.515.049-04), que Sqal Sociedade Educacional Bebidas S/A lhes ajuizou ação de Execução Extrajudicial,objetivando o recebimento da quantia de R$ 43.158,44(abril de 2018), representada pelas Notas Fiscais nº's 079.572-16, 107.210-16 e 107.2011-16. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, acessido em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue(m) os mandados de citação do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requererem que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre as quantias bloqueadas judicialmente de R$ 1.014,98 e R$ 144.44.Não sendo embargada a ação, serão os executados considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. 18 e 19 / 07 / 2019

PROCESSO Nº 0068467-11.2012.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível. do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Caio Moyses de Lima Rodrigues, na forma da Lei, etc. FAZ SABER (ID) MARCELO NORBERTO GOMES, CPF 276.988.898-66, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de SESP - Sociedade Educacional São Paulo, para cobrança da quantia de R$ 920,39 (maio de 2012), decorrente do Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, tendo como objeto o curso de administração, período noturno. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito (ficando isento de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito, ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado o regular prosseguimento ao feito, nos termos do artigo 257, IV do NCPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de junho de 2019. 18 e 19 / 07 / 2019

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0093217-64.2018.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 41ª Vara Cível. do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Regis de Castilho Barbosa Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Beatriz Barros (CPF: 018.014.796-07), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Banco Bradesco S/A, sucessor por incorporação do Banco HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo, converteu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$ 99.317,37 (dezembro de 2018). Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 18 e 19 / 07 / 2019

Processo 0230879-85.2009.8.26.0100 (583.00.2009.230879) - Monitória - Associação do Sanatório Sírio - Hospital do Coração - Valderoz Dias Martins - Rhaissa Martins Machado - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0230879-85.2009.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 13ª Vara Cível. do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). TONA YUKA KOROKU, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Rhaissa Martins Machado (CPF: 670.183.863-49), que Associação do Sanatório Sírio - Hospital do Coração lhe ajuizou ação Monitória, para cobrança da quantia de R$ 70.923,89 (julho de 2011), decorrente da Nota Fiscal nº 298893, oriunda da prestação de atendimento médico/hospitalar. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito (ficando isenta de custas processuais), acresido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do NCPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do NCPC. NADA MAIS. 18 e 19 / 07 / 2019

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº **1000102-37.2016.8.26.0004**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível. do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Sidney Tadeu Cardeal Banti, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) LUCIANO GABRIELI DI ROTI, Brasileiro, Solteiro, Comerciante, RG 9382483, CPF: 143.908.128-07, que lhe foi proposta inicialmente uma ação de Despejo Por Falta de Pagamento cumulada com cobrança, por parte de Antonio da Cruz Pinto, objetivando a cobrança do valor de R$6.360,60, atualizado até dezembro/2015, referente aos alugueres mais encargos vencidos e não pagos, do imóvel consistente no salão comercial, situado nesta Capital à Avenida dos Radialistas, nº 51, piso inferior, salão 01, Pq. São Domingos, locado ao réu mediante contrato de locação firmado em 29/07/2015 e o consequente despejo do referido imóvel, sendo que a ação prosseguiu-se com a cobrança, face a desocupação do imóvel. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, com fundamento no Art. 256, inciso II do CPC para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital da data da publicação única ou, havendo mais de um, da primeira (Art. 257, inciso III do CPC), apresente resposta. Não sendo contestada a ação,presumir-se-ão aceitos,pela ré,como verdadeiros,os fatos articulados pela autora conforme previsto no artigo 344 do C.P.C., ficando advertida de que no caso de revelia será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.NADA MAIS.Dado e passado nesta cidade de São Paulo,aos 03 de julho de 2019. 17, 18

R037 Santa Maria Empreendimentos e Participações S.A.
CNPJ/MF nº 16.500.437/0001-24 - NIRE 35.300.460.928
Ata da Assembleia Geral Ordinária
Data, Hora e Local: No dia 20/05/19, às 19h30min, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada em razão da presença de acionistas titulares da totalidade das ações de emissão da Companhia. **Ordem do Dia e Deliberações:** Os Acionistas aprovaram por unanimidade de votos e sem ressalvas: **(i)** as demonstrações financeiras apresentadas pela Administração da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/18, devidamente publicadas nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo", página 34 e "Diário Comercial", página 05, ambas edições de 15/05/19; **(ii)** do lucro do exercício, no valor de R$ 1.547.809,63, 5% serão destinados à constituição do reserva legal, nos termos do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e o saldo (para a conta de prejuízos acumulados; e **(iii)** a reeleição dos Srs. **(i) Sérgio Lemos de Magalhães**, brasileiro, solteiro, administrador, RG nº 43.864.159 SSP/SP e CPF/MF nº 224.638.888-17; **(ii) Kenneth Aron Wainer**, norte-americano, residente no Brasil, divorciado, consultor, RNE V203482-C e CPF/MF nº 214.960.108-07; e **(iii) Vitor Rangel Botelho Martins**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 11024807 SSP/MG e CPF/MF nº 041.040.466-71, todos domiciliados em São Paulo/SP, com escritório, na Rua Funchal, nº 418, 27º andar, CEP 04551-060, para os cargos de Membros do Conselho de Administração da Companhia com mandato de 1 ano, contado da presente data, podendo ser destituídos a qualquer tempo. **a.** Os membros do Conselho de Administração, reeleitos, tomaram posse mediante a assinatura dos respectivos termos lavrados em livro próprio, declarando que não estão impedidos, nos termos da lei. A presente ata é publicada na forma de extrato, nos termos da lei. **Mesa: Rodrigo Lacombe Abbud** – Presidente e **Kenneth Aron Wainer** – Secretário. Acionistas: **Brcof Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia**, p. **VBI Real Estate Gestão de Carteiras Ltda.**, p. Rodrigo Lacombe Abbud e Kenneth Aron Wainer e **Brcof Partners Ltda.**, p. Rodrigo Lacombe Abbud e Kenneth Aron Wainer. Membros do Conselho de Administração presentes: **Sérgio Lemos de Magalhães, Kenneth Aron Wainer** e **Vitor Rangel Botelho Martins. JUCESP** nº 344.086/19-3 em 28/06/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

XPCE Carmontelle Participações S.A.
NIRE 35.300.505.395 - CNPJ/MF nº 20.818.367/0001-24
Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária de 13.05.2019
Data, hora, local: 13.05.2019, 10hs, na sede da Companhia. **Convocação**: Dispensada. **Presença**: Totalidade dos acionistas. **Mesa**: Presidente: Pedro Eduardo Cassab Carraz, Secretário: Lucas Paravizo Claudino. **Deliberações aprovadas**: **1.** As contas dos administradores da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2018 publicadas nos jornais DOESP e O Dia SP em 03.05.2019. **2.** Registrar que os acionistas diretos e indiretos da Companhia tiveram amplo e irrestrito acesso a todo e qualquer documento necessário com 1 mês de antecedência a contar da presente data. **Encerramento**: Nada mais, lavrou-se a ata. São Paulo, 13.05.2019. Acionista: XPCE RE Fundo de Investimento Imobiliário. p. XP Vista Asset Management Ltda. JUCESP nº 330.195/19-0 em 18/06/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

XPCE Anhaia Mello Participações S.A.
CNPJ/MF nº 27.522.540/0001-91 - NIRE 35.300.503.26-1
Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária de 13.05.2019
Data, hora, local: 13.05.2019, 10:15hs, na sede da Companhia. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade dos acionistas. **Mesa**: Presidente: Pedro Eduardo Cassab Carraz, Secretário: Lucas Paravizo Claudino. **Deliberações aprovadas**: **1.** As contas dos administradores da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2018 publicadas nos jornais DOESP e O Dia SP em 03.05.2019. **2.** Registrar que os acionistas diretos e indiretos da Companhia tiveram amplo e irrestrito acesso a todo e qualquer documento necessário com 1 mês de antecedência a contar da presente data. **Encerramento**: Nada mais, lavrou-se a ata. São Paulo, 13.05.2019. Acionista: XPCE RE Fundo de Investimento Imobiliário. p. XP Vista Asset Management Ltda. JUCESP nº 330.391/19-7 em 18/06/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

XPCE Paula Ney Participações S.A. - CNPJ/MF nº 27.351.608/0001-17 - NIRE 35.300.502.44-2
Extrato da Ata de Assembleia Geral Ordinária de 13.05.2019
Data, hora, local: 13.05.2019, 11hs, na sede da Companhia. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade dos acionistas. **Mesa**: Presidente: Pedro Eduardo Cassab Carraz, Secretário: Lucas Paravizo Claudino. **Deliberações aprovadas**: **1.** As contas dos administradores da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2018 publicadas nos jornais DOESP e O Dia SP em 03.05.2019. **2.** Destinação do lucro líquido do exercício social de 31.12.2018, no valor total de R$ 832.377,66 da seguinte forma: Absorção de prejuízos anteriores: R$ 14.716,45, Reserva de lucros a realizar: R$ 817.661,21. 2.1. Registrar que os acionistas diretos e indiretos da Companhia tiveram amplo e irrestrito acesso a todo e qualquer documento necessário com 1 mês de antecedência a contar da presente data. 2.2. Os acionistas por unanimidade concordam com a destinação do Lucro Líquido do Exercício e renunciam expressamente aos dividendos mínimos obrigatórios. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 13.05.2019. Acionista: XPCE RE Fundo de Investimento Imobiliário, por XP Vista Asset Management Ltda. JUCESP 330.194/19-7 em 18.06.2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1046730-24.2015.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 15ª Vara Cível. do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). CELINA DIETRICH E TRIGUEIROS TEIXEIRA PINTO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) HASSAN AHMAD, Brasileiro, CPF 232.456.428-90, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Civil por parte de HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo, alegando em síntese, que o requerido é devedor da quantia de R$112.670,76(maio/2015),decorrente do Contrato de Cheque Especial nº 0348-02449-50, Contrato de Giro Parcelado Giro Fácil nº 0348-05842-09 e Contrato de Crédito Parcelado Giro Fácil nº 0348-05851-83. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi deferida sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de junho de 2019.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1004234-69.2018.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível. do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). ANA LUIZA MACEIRO DIOGO CRUZ, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Sullamerica Comércio de Materiais para Construção Ltda ME (CNPJ. Nº 018.811.621/0001-10), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 277.018,56 (março de 2018), decorrente do parcelamento de empréstimo sob nº 341390, carteira 385, referente à conta corrente nº 39700-8, agência 2216 do Banco ora autor. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 30 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, aos 17 de maio de 2019.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 01 (UMA) MÊS. PROCESSO Nº 0009027-26.2013.8.26.0010 (c. 1056/13). O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível. do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr. Carlos Antonio da Costa, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a FRM BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 00.637.966/0001-34, na pessoa de seu representante legal, que Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S/A lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 90.035,48 (agosto de 2013), referente a valores depositados indevidamente na conta da requerida. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital (NCPC, artigo 257, inciso III), para que em 15 dias, a fluir do prazo supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial (NCPC, artigo 344). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
SAO PAULO /SP

Pelo presente EDITAL, nos termos do art. 19 da Lei 8004/90 e art. 15 da RD 08/70, tendo em vista a ausência de notificação pessoal pelo oficial do cartório nos termos da certidão apresentada, fica(m) notificado(s) o(s) mutuario(s) abaixo, para ciência de que estamos autorizados na forma dos artigos 19 e 21 da Lei nº 8004 de 14/03/1990 e do Decreto-Lei nº 70, de 21/11/1966 e das normas complementares do S.F.H., a promover a execução extrajudicial da(s) HIPOTECA(S) que oneram os imóveis descritos a seguir.
Ficam cientificados, outrossim, de que tem o prazo de 20(vinte) dias, contados de 18/07/19, para, querendo, purgar(em) o debito e evitarem a execução, o que poderá ser feito no endereço de cobrança descrito abaixo:

SED: 1EB95 - CONTRATO: 8179700002993-6 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - 1816 - GRANJA JULIETA
ENDEREÇO DO IMÓVEL: RUA LUIZ DE OLIVEIRA, Nº 260, APARTAMENTO 21, 1º ANDAR, BLOCO 7.B, EDIFICIO PRINCIPE GEORGE - PORTAL DOS PRINCIPES, 29º SUBDISTRITO - SANTOAMARO - SAO PAULO- SP. CABENDO-LHE O DIREITO A UMA VAGA DE GARAGEM, N°16, LOCALIZADA NO ESTACIONAMENTO 3, INTEGRANTE DO PORTAL DOS PRINCIPES - SAO PAULO - SP.

ULISSES MANOEL DE OLIVEIRA, BRASILEIRO, OPERADOR, CPF: 26491818420, CI: 22.389.562-3 SSP/SP CASADO(A) COM DALVA MASSUMI YOSSUGO, BRASILEIRO(A), DO LAR, CPF: 01068964820,CI: 9.369.638 SSP/SP.

FIDUCIAL

Matheus Leist disputa etapa da Indy em Iowa neste final de semana

O gaúcho Matheus Leist volta a acelerar neste final de semana na Indy em Iowa, pista onde fez história na categoria de acesso em 2017. Competindo na Lights, o brasileiro largou da 10ª colocação e venceu a prova de maneira impressionante com uma sequência de ultrapassagens após uma das relargadas.

Neste ano, o desafio será na categoria principal com a equipe AJ Foyt, com a qual conseguiu o quarto lugar há dois meses no circuito misto em Indianápolis - o melhor resultado do time nas últimas cinco temporadas.

Foto/Action Sports Photography

Matheus *Leist*

"Iowa é uma pista histórica e especial na minha carreira por conta do triunfo na Indy Lights. Mas sei também que é um lugar difícil, nós sofremos um pouco aqui no passado na Indy, mas trabalhamos duro durante a temporada tentando melhorar nosso patamar para as pistas ovais curtas. Felizmente temos algum tempo para trabalhar na sexta-feira com vários treinos e com certeza faremos ajustes para encontrar um bom setup para a corrida deste sábado", diz Leist, que venceu 3 provas na Indy Lights em 2017, sendo a mais importante delas no oval de Indianápolis.

Leist foi campeão da F3 Inglesa em 2016 e no ano seguinte mudou o foco da carreira para os EUA, entrando para a Indy Lights. Em 2018, o piloto subiu para a Indy, onde estreou logo com um terceiro lugar no grid em São Petersburgo, mostrando que seria um dos destaques entre os estreantes ao longo do ano. Em 2019, conquistou seu melhor resultado na temporada no GP de Indianápolis, realizado sob chuva no traçado misto.

O traçado de Iowa é o que possui menor extensão no calendário da Indy em 2019 com apenas 0.894 milhas (cerca de 1.43km). "Eu acho que a corrida de Iowa, agora sendo uma prova noturna, será mais interessante e acho que os fãs podem esperar um pouco mais de entretenimento do que no ano passado. Estou bem ansioso para essa prova", completa Leist.

Todos os treinos da Indy em Iowa serão nesta sexta-feira (19). O primeiro treino livre será ao meio-dia, enquanto o classificatório acontece às 15h15. O último treino livre terá início às 20h e a corrida acontecerá no sábado, com largada às 20h10 e transmissão ao vivo do Band Sports e do DAZN (horários de Brasília).

Stock Car faz "acelera" campanha do agasalho em Santa Cruz do Sul

No próximo domingo a Stock Car realizará sua quinta etapa na cidade que atinge as temperaturas mais baixas de seu calendário, e justamente em pleno inverno: Santa Cruz do Sul vai receber a principal categoria do Brasil pela 15ª vez desde a inauguração do autódromo local, em 2005. Com os termômetros registrando na região temperaturas na casa de zero grau, ou menos, a Stock Car vai reforçar a campanha do agasalho da cidade, em parceria com a prefeitura local.

Carros de corrida e pilotos estarão em frente à Catedral São João Batista, na rua Ramiro Barcelos, a partir das 11h30 da próxima sexta-feira (19) para um evento de confraternização com os fãs gaúchos. No encontro, os principais nomes do esporte a motor brasileiro irão coletar agasalhos para a campanha. A ação solidária contará também com um desfile do Clube dos Opalas de Santa Cruz do Sul, que terá início às 11h e terminará na Catedral São João Batista, ao lado dos carros de corrida. Além disso, a categoria realizará uma promoção especial. Quem comprar ingresso de arquibancada ou camping no sábado e levar uma peça de roupa para doação pagará apenas R$ 20.

Com um estilo que mescla a simplicidade do interior e a verve gaúcha, Santa Cruz do Sul é uma cidade de 130 mil habitantes bastante apreciada pelos pilotos da categoria, tanto pela hospitalidade quando pela pista que inseriu o município no calendário do esporte a motor nacional. Com 3.530 de extensão e um traçado desafiador, a pista já teve 14 vencedores diferentes em 20 corridas disputadas. O carioca Cacá Bueno já venceu três vezes (2005, 2007 e 2008), mas no próximo domingo de rodada dupla pode ter seu recorde igualado – ou até superado – pelos pilotos que já contam duas vitórias: Max Wilson (2009 e 2016), Valdeno Brito Filho (2013 e 2015) e Marcos Gomes (2015 e 2018).

Foto/Dudu Bastos

Cacá *Bueno acelera em Santa Cruz do Sul: maior vencedor*

Lorraine Martins quer fechar bem o seu ciclo na categoria sub-20 no Pan de San José

Foto/Divulgação

Lorraine *Martins (primeira à esquerda)*

A velocista Lorraine Barbosa Martins (CET-DEO-RJ) é destaque da seleção brasileira no Campeonato Pan-Americano Sub-20 de Atletismo, de sexta-feira (19) a domingo (21), no Estádio Olímpico de San José, na Costa Rica. A carioca Lorraine, de 19 anos, nascida em 4/4/2000, manteve o domínio em suas provas desde o início da temporada 2019 em todas as competições que disputou na categoria sub-20 e ainda obteve resultados para se colocar bem no Ranking Brasileiro entre atletas adultas.

Mostrou sua boa forma na Espanha, sua última competição antes do embarque para o Pan, nesta quarta-feira (17/7). Lorraine competiu e bateu o recorde brasileiro sub-20 dos 100 m rasos no GP Cidade de Segovia – XI Troféu Antonio Prieto, realizado no último dia 13 de julho. Correu a semifinal em 11.35 (0.1 m/s), batendo uma marca que era de Vitória Rosa, com 11.36. Venceu a final com 11.22, mas com vento acima do permitido (3.4).

Lorraine é a segunda colocada no Ranking Brasileiro principal e a primeira no sub-20 nos 100 m (11.35) e nos 200 m (23.28).

Na base, fez salto em distância, 250 m, 300 m com barreiras (sub-16), tem "bom lastro de treino", define Neusa. De 2016 a 2019 atingiu todas as metas propostas. Foi quarta colocada nos 100 m e nos 200 m no Mundial Sub-18 de Nairóbi, do Quênia, em 2017. E, no ano passado, finalista nas duas provas no Mundial Sub-20 de Tempere, na Finlândia.

Manteve a hegemonia nas provas de velocidade em 2019. No Campeonato Brasileiro Sub-20, realizado em Bragança Paulista, no fim de maio começo de junho, bateu o recorde pessoal (melhorado em Segovia recentemente) e do campeonato na qualificação dos 100 m, com 11.41 (1.1). Depois venceu a semifinal novamente com 11.41, mas com vento acima do permitido (2.6). Na final, ganhou com 11.53 (0.0) para comemorar o tricampeonato dos 100 m (2017, 2018 e 2019).

Também foi tricampeã brasileira sub-20 nos 200 m, com 23.58 (-0.7). Na semifinal estabeleceu novo recorde do Campeonato, com 23.28 (1.3), melhor marca pessoal.

No Campeonato Sul-Americano Sub-20 de Cáli (COL), em junho, Lorraine ganhou as duas provas para o Brasil. Campeã em 2017, em Georgetown, na Guiana, venceu os 100 m em 11.42 (1.0) - também tem o título sul-americano dos 100 m sub-18. O bicampeonato sul-americano sub-20 veio ainda nos 200 m, com 23.53 (- 0.7).

Na temporada, além de mostrar competência na categoria sub-20, Lorraine integrou a equipe titular quarta colocada no Mundial de Revezamentos de Yokohama, no Japão, em maio. O time, com Ana Carolina Azevedo, Lorraine Martins, Franciela Krasucki e Vitória Rosa, fez 43.75, ficou atrás somente dos Estados Unidos (43.27), Jamaica (43.29) e Alemanha (43.68), e qualificou o Brasil para o Mundial de Doha, Catar, que será realizado de 27 de setembro a 6 de outubro.

Lorraine vai também aos Jogos Pan-Americanos de Lima, Peru, para os 200 m e o 4x100 m – o atletismo na pista será disputado entre 6 e 10 de agosto – e integrou os dois campings de revezamentos realizados este ano dentre as atletas principais do Brasil que se preparam para o Mundial de Doha e os Jogos Olímpicos de Tóquio 2020. É sargento da Aeronáutica e também disputará os Jogos Mundiais Militares em Wuhan, China, em outubro.

"Ela se comportou bem nas duas categorias, inclusive entre as atletas adultas, bem mais experientes. Em Yokohama foi titular e é a segunda do ranking brasileiro adulto. Mas o que interessa é que estamos quase atingindo os nossos objetivos, estamos na porta, e esperamos que um ciclo se feche com chave de ouro, neste fim de semana, em San José", completou a treinadora Neusa.

Lorraine participou do Camping Internacional de Treinamento e Competição em Madri (ESP), pelo Programa de Preparação Olímpica 2019-2020 da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) e do Comitê Olímpico do Brasil (COB), com recursos da Lei Agnelo Piva. A Caixa é a Patrocinadora Oficial do Atletismo Brasileiro.

Filipe Toledo segue firme na busca do tri em J-Bay

Foto/Ed Sloane/Getty Images

Willian *Cardoso (SC)*

O paulista Filipe Toledo segue firme na busca pelo tricampeonato consecutivo na etapa do World Surf League Championship Tour na África do Sul. Depois de três dias parado, as ondas voltaram a apresentar boa formação na quarta-feira para rolar as oitavas de final do Corona Open J-Bay, que vinham sendo adiadas desde domingo. O defensor do título aumentou seus próprios recordes nas direitas de Jeffreys Bay, para 18,26 pontos com notas 9,43 e 8,83, destruindo duas ondas com uma série incrível de manobras no duelo brasileiro com Willian Cardoso. Além de Filipe, Gabriel Medina e Italo Ferreira, que despachou a fera Kelly Slater, também passaram para as quartas de final que vão abrir o último dia na África do Sul.

A primeira chamada da quinta-feira é as 7h30 na África do Sul, 2h30 da madrugada no fuso horário de Brasília. O bicampeão mundial Gabriel Medina vai disputar a primeira vaga para as semifinais com o australiano Owen Wright. Filipe Toledo enfrenta o havaiano Sebastian Zietz na terceira bateria e Italo Ferreira fecha as quartas de final com o japonês Kanoa Igarashi, que também se destacou nas ondas de 3-5 pés da quarta-feira em Jeffreys Bay. Ele surfou no mesmo nível de Filipe Toledo, atingindo 17,24 pontos com notas 9,07 e 8,17, na vitória sobre o paranaense Peterson Crisanto.

Além de Peterson e Willian Cardoso, derrotado por Filipe Toledo, outro brasileiro que perdeu nas oitavas de final e terminou em nono lugar no Corona Open J-Bay, foi o paulista Deivid Silva. Ele enfrentou o norte-americano Kolohe Andino, que já tirou a liderança do ranking do havaiano John John Florence, com a passagem para as quartas de final na bateria decidida nas últimas ondas surfadas pelos dois. A do californiano valeu 5,90 e faltou um pouquinho a mais do que o 5,97 recebido pelo brasileiro, para ele virar o placar encerrado em 12,73 a 12,14.

A disputa pela lycra amarela do Jeep Leaderboard continua na África do Sul. No último dia, será fase a fase entre Kolohe Andino e Filipe Toledo. Quem ficar na frente, sairá de Jeffreys Bay na dianteira da corrida pelo título mundial da temporada. Os dois podem até decidir a primeira posição no ranking em uma possível final entre eles. Kolohe Andino está na chave de cima, junto com Gabriel Medina, enquanto Filipe está na de baixo, como Italo Ferreira e Kanoa Igarashi, que ainda tem chances na briga pela ponta, desde que os dois não cheguem na final.

O MELHOR EM J-BAY – Filipe Toledo vai ganhando favoritismo para o tricampeonato a cada bateria em Jeffreys Bay, nas diferentes das condições do mar nos três dias que competiu. Na quarta-feira, as ondas de 4-5 pés estavam com ótima formação para ele mostrar seu arsenal de manobras progressivas, variando batidas e rasgadas abrindo grandes leques de água com uma velocidade impressionante. A primeira que pegou contra Willian Cardoso, foi tão longa e perfeita, que deu para fazer incríveis dez manobras na onda, até queimar os músculos das pernas pelo esforço, mas valeu a maior nota desse ano, 9,43.

A segunda foi boa também e ganhou 7,00, que trocou pela terceira e última que surfou, mandando oito manobras fortes de frontside que arrancaram 8,83 dos juízes. Com ela, atingiu 18,26 pontos de 20 possíveis, se mantendo como recordista absoluto nas direitas de Jeffreys Bay. Filipe já tinha estreado com esse status, pela nota 9,10 e os 17,60 pontos da primeira fase, marcas que só foram superadas agora, por ele mesmo.

O japonês Kanoa Igarashi foi quem chegou mais perto desses números, com 9,03 e 17,53 pontos na terceira fase contra o português Frederico Morais e 9,07 e 17,24 sobre Peterson Crisanto nas oitavas de final. Ele chegou na África do Sul em quinto no ranking e agora vai enfrentar o sexto colocado, o potiguar Italo Ferreira, que passou por Kelly Slater na última bateria masculina da quarta-feira, por 14,06 a 12,20 pontos.

SEMIFINAIS FEMININAS – Depois das oitavas de final masculinas, a quarta-feira prosseguiu com as quartas de final femininas, que tiveram algumas surpresas. A heptacampeã mundial Stephanie Gilmore caiu logo na primeira bateria, vencida pela jovem americana Caroline Marks. A havaiana Carissa Moore confirmou o favoritismo na segunda, fazendo os recordes entre as meninas, nota 9,50 e 17,67 pontos, contra a francesa Johanne Defay.

No confronto seguinte, Carissa viu sua chance de assumir a liderança do ranking na África do Sul com a ajuda da também havaiana Malia Manuel, que derrotou a número 1 do Jeep Leaderboard por 14,03 a 13,50 pontos. Carissa Moore agora pode tirar a lycra amarela da australiana Sally Fitzgibbons se chegar na final do Corona Open J-Bay, então, se passar por Caroline Marks nas semifinais. A outra vaga será disputada por Malia Manuel e Lakey Peterson, vencedora do duelo americano com Courtney Conlogue que fechou a quarta-feira.

O Corona J-Bay Open está sendo transmitido ao vivo pelo www.worldsurfleague.com e pelo Facebook Live e pelo aplicativo da World Surf League. A primeira chamada da quinta-feira será as 7h30 na África do Sul, 2h30 da madrugada no Brasil.

Clealco Açúcar e Álcool S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 45.483.450/0001-10

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Março de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	31/03/2019	31/03/2018 (Reapresentado)	Controladora 01/04/2017 (Reapresentado)	31/03/2019	31/03/2018 (Reapresentado)	Consolidado 01/04/2017 (Reapresentado)
Circulante							
Caixa e equivalente de caixa	8	18.614	2.511	14.246	18.683	2.517	14.262
Aplicação financeira		-	-	325	-	-	325
Contas a receber de clientes	9	7.095	13.663	23.348	7.384	17.034	26.269
Estoques	10	54.737	45.594	178.755	56.987	45.921	109.065
Ativo biológico	16	4.796	7.044	89.162	4.796	7.044	89.162
Tributos a recuperar	11	21.358	18.911	15.439	21.539	19.098	16.826
IR e CS a recuperar	11	1.479	29.958	34.257	30.735	44.301	30.735
Outros contas a receber		4.186	7.036	3.396	4.186	7.082	3.453
		112.265	**124.717**	**358.928**	**145.310**	**123.996**	**290.097**
Ativos de operação descontinuada	12	**56.822**	**114.078**	-	**56.822**	**114.078**	-
		169.087	**238.795**	**298.180**	**172.654**	**243.494**	**303.663**
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Estoques	10	23.870	6.615	61.280	23.870	6.615	61.280
Contas a receber - partes relacionadas	13	47.845	47.755	57.393	33.532	41.135	40.879
Depósitos judiciais	11	99.972	8.661	10.767	99.972	8.661	10.767
IR e CS a receber	11	49.037	16.427	-	49.037	16.427	-
Depósitos judiciais e outros		3.101	5.210	2.999	3.115	5.210	2.999
Ativos fiscais diferidos	24	-	-	115.043	-	-	115.043
		223.775	84.668	247.482	209.476	78.048	230.968
Investimento em controladas	14	174.296	171.759	152.939	-	-	-
Outros investimentos		597	597	597	597	597	597
Imobilizado	15	678.041	779.705	965.274	790.547	894.503	1.129.630
		1.078.209	**1.036.729**	**1.366.292**	**1.000.620**	**973.153**	**1.361.195**
Total do ativo		**1.247.296**	**1.275.524**	**1.664.472**	**1.173.274**	**1.216.647**	**1.664.858**

Passivo e patrimônio líquido (negativo)	Nota	31/03/2019	31/03/2018 (Reapresentado)	Controladora 01/04/2017 (Reapresentado)	31/03/2019	31/03/2018 (Reapresentado)	Consolidado 01/04/2017 (Reapresentado)
Circulante							
Fornecedores de cana	17	36.735	46.127	54.493	36.735	46.127	54.493
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	314	-	-	314
Fornecedores diversos	17	71.207	79.530	84.055	72.964	84.713	88.948
Empréstimos e financiamentos	18	1.103.835	721.281	478.659	1.107.698	727.775	483.015
Contas a pagar - partes relacionadas	13	247.576	226.218	118.163	119.694	110.006	78.613
Salários e encargos	19	24.379	59.225	32.037	24.379	59.225	32.037
Impostos e contribuições a recolher	20	364.435	224.510	2.710	401.380	255.309	3.979
Adiantamentos de clientes	21	80.597	85.731	82.728	80.604	85.731	82.728
Impostos e contribuições parcelados	22	18.054	19.034	46.451	18.097	19.082	48.144
Outros investimentos a pagar	23	46.095	31.214	50.981	46.095	31.214	50.981
Outras contas a pagar		29.352	24.667	17.388	29.353	24.667	13.255
		2.022.265	**1.017.537**	**967.979**	**1.936.999**	**943.848**	**936.507**
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	18	-	807.501	583.593	-	808.136	588.100
Impostos e contribuições parcelados	22	45.154	53.751	105.361	45.714	54.342	112.116
Outros investimentos a pagar	23	86.107	95.586	70.196	69.182	81.562	62.674
Passivos fiscais diferidos	24	-	-	-	27.609	27.609	28.116
Provisão para contingências	25	46.866	156.283	214.595	46.866	156.283	214.595
		178.127	**1.113.121**	**973.745**	**189.371**	**1.127.932**	**1.005.603**
Total do passivo		**2.200.392**	**2.130.658**	**1.941.724**	**2.126.370**	**2.071.781**	**1.942.110**
Patrimônio líquido (negativo)	**26**						
Capital social		51.233	51.233	51.233	51.233	51.233	51.233
Ajuste de avaliação patrimonial		145.366	162.860	173.301	145.326	162.860	173.301
Prejuízos acumulados		(1.149.655)	(1.069.227)	(501.786)	(1.149.655)	(1.069.227)	(501.786)
		(953.096)	**(855.134)**	**(277.252)**	**(953.096)**	**(855.134)**	**(277.252)**
Total do passivo patrimônio líquido (negativo)		**1.247.296**	**1.275.524**	**1.664.472**	**1.173.274**	**1.216.647**	**1.664.858**

Demonstrações de Resultados Abrangentes

	31/03/2019	Controladora 31/03/2018 (Reapresentado)	31/03/2019	Consolidado 31/03/2018 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício	(97.962)	(577.882)	(97.962)	(577.882)
Resultado abrangente do exercício	(97.962)	(577.882)	(97.962)	(577.882)

Demonstrações de Resultados

Operações	Nota	31/03/2019	Controladora 31/03/2018 (Reapresentado)	31/03/2019	Consolidado 31/03/2018 (Reapresentado)
Receita	27	763.196	1.062.682	778.413	1.080.471
Custo das vendas	28	(598.830)	(1.081.360)	(602.838)	(1.086.422)
Lucro (prejuízo) bruto		**164.366**	**(18.678)**	**175.597**	**(5.951)**
Despesas com vendas	28	(80.524)	(96.063)	(80.429)	(96.063)
Despesas administrativas e gerais	28	(40.306)	(45.329)	(40.373)	(49.827)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	166.622	(103.935)	161.100	(76.943)
Resultado de participação societária	14	3.136	13.500	-	-
Lucro (prejuízo) operacional		**210.294**	**(250.505)**	**215.901**	**(228.784)**
Receitas financeiras		5.598	8.322	5.858	8.323
Despesas financeiras		(130.767)	(260.446)	(135.242)	(270.324)
Variação cambial, líquida		(105.465)	(30.390)	(105.465)	(30.390)
Resultados com derivativos		-	407	-	407
Resultado financeiro	30	(230.634)	(282.107)	(234.849)	(291.984)
Prejuízo antes do IR e da CS		**(20.340)**	**(532.612)**	**(18.948)**	**(520.768)**
Imposto de renda e contribuição social	24	(20.380)	(45.270)	(21.772)	(57.114)
Prejuízo do exercício das operações em continuidade		**(40.720)**	**(577.882)**	**(40.720)**	**(577.882)**
Prejuízo das operações descontinuadas		**(57.242)**	-	**(57.242)**	-
Prejuízo do exercício		**(97.962)**	**(577.882)**	**(97.962)**	**(577.882)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (negativo)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 01 de abril de 2017 (Reapresentado)	**51.233**	**173.302**	**(501.787)**	**(277.252)**
Realização do custo atribuído	-	(10.442)	10.442	-
Prejuízo do exercício	-	-	(577.882)	(577.882)
Saldo em 31 de março de 2018 (Reapresentado)	**51.233**	**162.860**	**(1.069.227)**	**(855.134)**
Realização do custo atribuído	-	(17.533)	17.533	-
Prejuízo do exercício	-	-	(97.962)	(97.962)
Saldo em 31 de março de 2019	**51.233**	**145.326**	**(1.149.655)**	**(953.096)**

Demonstração do Fluxos de Caixa

	31/03/2019	Controladora 31/03/2018 (Reapresentado)	31/03/2019	Consolidado 31/03/2018 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do IR e da CS das operações em continuidade	(20.340)	(532.612)	(18.948)	(520.768)
Prejuízo antes do IR e da CS proveniente de operações descontinuadas	(57.242)	-	(57.242)	-
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	105.439	105.242	105.489	105.406
Variação do valor justo do ativo biológico	(24.348)	85.340	(24.348)	85.310
Consumo de ativo biológico	164.306	165.416	164.306	165.416
Provisão para contingências	(56.588)	106.464	(54.312)	(10.088)
Provisão para perdas em estoques	2.525	1.295	2.525	1.295
Provisão para perdas com adiantamentos a fornecedores	(11.643)	155.424	(11.643)	155.424
Variação cambial não realizada	127.099	36.192	127.099	36.192
Juros não realizados	48.896	111.564	49.315	111.785
Resultado de equivalência patrimonial	(136)	(13.500)	-	-
Provisão (reversão) para perda de tributos a recuperar	(85.431)	3.140	(85.432)	3.140
Resultado na alienação de ativo imobilizado	81.530	2.028	84.776	(27.079)
Impostos e contribuições	-	-	(1.392)	(11.336)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	542	(316)	1.390	808
Variações nos ativos e passivos				
Redução em aplicação financeira	-	325	-	325
Contas a receber de clientes	(15.884)	985	(13.650)	(589)
Impostos a recuperar	(8.276)	(4.545)	(8.276)	(3.300)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(4.132)	(2.837)	(4.132)	(2.861)
Adiantamento de clientes	(5.134)	3.003	(5.126)	3.003
Estoques	(17.279)	(38.893)	(19.212)	(38.901)
Contas a receber - partes relacionadas	378	10.705	8.071	810
Instrumentos financeiros derivativos	153	(377)	153	(377)
Outras contas a receber	2.850	(3.641)	2.896	(3.629)
Depósitos judiciais e outros	2.109	(2.211)	2.095	(2.211)
Fornecedores	(17.716)	(12.890)	(21.141)	(12.601)
Salários e encargos	(34.846)	27.188	(34.846)	27.188
Contas a pagar - partes relacionadas	22.476	108.933	10.805	32.271
Impostos e contribuições a recolher	139.925	221.800	146.071	251.330
Impostos e contribuições parcelados	(82.785)	(174.538)	(85.098)	(185.971)
Outras contas a pagar	4.685	7.278	4.686	11.411
Outros investimentos a pagar	5.244	5.920	5.244	3.175
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	266.377	367.852	270.123	294.754
Variação cambial, líquida paga	(21.635)	(2.861)	(21.635)	(5.802)
Juros pagos	(23.271)	(106.378)	(23.652)	(106.756)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	221.471	255.672	224.836	182.196
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Investimento em controlada	-	1.183	-	-
Adição de ativo biológico	(73.107)	(98.369)	(73.107)	(98.369)
Receita na alienação de ativo imobilizado	579	10.284	579	86.792
Receita na devolução de ativo imobilizado	2.056	-	2.056	-
Aquisição de imobilizado	(99.030)	(118.597)	(99.030)	(118.598)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(169.502)	(205.499)	(169.502)	(130.175)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos tomados	31.477	218.638	31.477	218.638
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(67.348)	(280.546)	(70.647)	(282.401)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(35.866)	(61.908)	(39.168)	(63.766)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	16.103	(11.735)	16.166	(11.745)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.511	14.246	2.517	14.262
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.614	2.511	18.683	2.517

Notas Explicativas

1. Contexto operacional 1.1 Informações gerais A Clealco Açúcar e Álcool S.A - em recuperação judicial ("Companhia" ou "Controladora") com sede na cidade de Clementina e com filiais instaladas nas cidades de Queiroz (unidade III), e Estado de São Paulo, Brasil, tem como objeto social e atividades preponderantes: o plantio de cana-de-açúcar, a fabricação e o comércio de açúcar VHP (Very High Polarization), etanol hidratado e anidro para fins carburantes, e demais derivados da cana-de-açúcar, a exploração da atividade agrícola e a co-geração de energia proveniente da queima do bagaço de cana-de-açúcar (biomassa), seu exercício social encerra em 31 de março de cada ano. E uma sociedade anônima de capital fechado, com quadro acionário composto por grupos familiares. A Companhia é controlada das seguintes empresas (conjuntamente denominadas por "Grupo Clealco"): Arare – Agro Pecuária, Imobiliária e Administradora Ltda. - em recuperação judicial com sede na cidade de Araçatuba/SP, Brasil, tem como objeto e atividade preponderante a exploração de agricultura, especialmente o plantio, cultivo e venda de cana-de-açúcar, em imóveis próprios ou de terceiros, por si ou através de parceria agrícola nos termos da legislação aplicável. E uma sociedade limitada, com 100% de suas quotas de propriedade da Clealco Açúcar e Álcool S.A. - em recuperação judicial; Petrocana Ltda. - em recuperação judicial com sede na cidade de Clementina/SP, Brasil, tem como objeto e atividade preponderante a comercialização de combustíveis, em 100% de suas quotas de propriedade da Clealco Açúcar e Álcool S.A. - em recuperação judicial; Petrocana Queiroz Ltda. - em recuperação judicial com sede na cidade de Queiroz, Estado de São Paulo, Brasil, tem como objeto e atividade preponderante o comércio varejista de combustíveis, em 100% de suas quotas de propriedade da Clealco Açúcar e Álcool S.A. - em recuperação judicial; Cleagro Agro Pastoril Ltda. - em recuperação judicial com sede na cidade de Clementina, Estado de São Paulo, Brasil, atualmente inativa. E uma sociedade limitada, com 100% de suas quotas de propriedade da Clealco Açúcar e Álcool S.A. - em recuperação judicial; Castilho Bio Álcool Ltda. - em recuperação judicial com sede na cidade de Castilho/SP, Brasil, atualmente inativa. E uma sociedade limitada, com 99,7% de suas quotas de propriedade da Clealco Açúcar e Álcool S.A. - em recuperação judicial. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 19 de junho de 2019. **1.2 Desempenho** Os resultados operacionais e os saldos indicadores de desempenho da Companhia estão sumarizados a seguir: • Em 31/03/2019 foi moída 5,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar (7,7 milhões de toneladas na safra 17/18), • A produção de açúcar VHP atingiu 436,1 mil toneladas de açúcar (625,4 mil toneladas na safra 17/18), • A produção de etanol hidratado totalizou 198,3 milhões de litros (301,9 milhões de litros na safra 17/18), • A produção de etanol anidro totalizou 2,6 milhões de litros (42,8 milhões de litros na safra 17/18). O volume de processamento de cana de açúcar reduziu 33,3% em comparação à safra 17/18 devido a significativa redução de produtividade agrícola ocorrida em todo o setor e em particular na região de atuação da Companhia, que se deu em função da quebra de safra causada por envelhecimento do canavial, baixo investimento em tratos e forte estiagem observada ao longo de toda a safra 17/18. A redução na produção de Açúcar VHP foi de 43,4%, Etanol Anidro redução de 1550,8% e o Etanol Hidratado aumento de 15,6%, tais variações foi impactada pela redução do volume de cana e alteração no mix de produção, onde o Etanol Hidratado foi priorizado por apresentar melhor rentabilidade no período. Os dados relativos a volume de produção e de processamento não são auditados por nossos auditores independentes. **1.3 Desempenho financeiro e continuidade operacional** O EBITDA da Companhia totalizou R$ 461,348 no ano 18/19 (com margem de 60,4%) e R$ (0,948) no ano 17/18, • A receita líquida cresceu em 47,5 pontos percentuais superior a safra 17/18, cuja margem foi de 11,8%. Tal incremento é evidenciado mesmo com toda adversidade da safra 18/19, onde a Companhia enfrentou forte redução na produção e moagem de cana, e consequentemente redução de custo fixo (28% comparado a safra anterior). Todavia, tal cenário fora totalmente revertido com grandes esforços e ações que foram empreendidas na gestão de custos e despesas, além da estratégia comercial e incremento da eficiência operacional, que resultou nesta melhoria na geração de caixa operacional. O EBITDA é um indicativo não contábil e por essa razão não é coberto por nossos auditores independentes. **1.4 Processo de recuperação judicial** Diante da situação econômica e financeira da estrutura de capital face ao alto grau de alavancagem financeira devido a recorrência de muitas resultados apresentados nos exercícios anteriores, acumulados do prejuízos significativos a cada ano, fruto de uma má performance operacional, mesmo com volume de cana que ultrapassou a marca de mais de 10 milhões de toneladas, e também pelos excessivos custos e despesas. No exercício 2018/19, a Companhia reduziu suas despesas operacionais em aproximadamente 20%, que representa R$25.000, nível inferior a todos os últimos 5 anos (não auditado), fruto de uma assertiva racionalização de seus processos e melhoria de sua gestão. O resultado operacional, representado pelo seu EBIT, foi superior em R$444.685 comparado a safra 17/18, e muito superior também aos exercícios anteriores (não auditado), onde a Companhia operava a plena capacidade, com 3 unidades industriais e ainda efetuava elevados investimentos em equipamentos, máquinas e veículos, via plantio de mudas e tratos culturais, que refletiam em melhores produtividades agrícolas, mas que não conseguiu fazer o cesso de reestruturação que o Grupo Clealco vem passando, possibilitando uma geração de caixa em níveis suficientes para continuidade e melhoria de suas operações. Demonstração clara disto foi a retomada do processo de plantio de cana ao longo dos primeiros meses de 2017, aproximadamente 11.000 hectares de cana entre cana própria e via fomento a fornecedores de cana (não auditado), o que é fundamental neste contexto. Além de todos os esforços de melhoria de performance dos resultados expostos, o Grupo Clealco adotou medida fundamental para assegurar os ativos constituído nos últimos anos e, em 17/07/2018 a Companhia ajuizou, em conjunto com suas controladas, pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Birigui, com claro objetivo de equilibrar sua estrutura de capital, através de um processo organizado de renegociação de todo o seu passivo e garantindo a manutenção de suas operações em níveis eficientes e os empregos gerados em sua região de atuação. O referido pedido de recuperação judicial foi deferido pelo juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Birigui/SP em 20/07/2018, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005, sendo nomeado como administrador judicial (artigo 52, I, e artigo 64) a empresa RAC Assessoria Empresarial Ltda., CNPJ 19.910.500/0001-99, representada por Fernando Ferreira Castellani, inscrito na OAB/SP sob o número 209.877. Ainda na safra 18/19, a Companhia apresentou no Balanço Patrimonial Consolidado excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R$ 1.821.168 (R$1.003.097 em 31/03/2017 – R$ 1.024.433), substancioso e representando um aumento de R$ 818.071 em relação a safra fiscal (Nota 22), exigíveis nos próximos 12 meses. Sobre o passivo bancário, sua totalidade foi classificada no passivo circulante em função das cláusulas dos contratos financeiros atrelados estabelecerem quebra de covenant pelo ato do pedido de Recuperação Judicial. Importante ressaltar que não haverá liquidação antecipada e toda a dívida será renegociada no Plano de Recuperação Judicial. Para a Companhia, o processo de recuperação judicial representa o início de uma nova etapa na direção de sua reestruturação financeira, permitindo uma negociação ampla e definitiva junto aos seus credores. O plano prevê medidas que objetivam uma melhoria substanciva em sua estrutura de capital, através do aporte de recursos de um parceiro bancário como a alienação de uma de suas unidades operacionais, via UPI (unidade produtiva independente), além de auxiliar na obtenção de recursos necessários para a continuidade da Companhia, dentre outras medidas propostas, a fim de viabilizar o soerguimento da Companhia. Em 22/11/2018 a Companhia protocolou perante seus credores seu Plano de Recuperação Judicial nos autos do processo, posteriormente, em 22/11/2018 o Administrador Judicial apresentou sua lista de credores elaborada com base no §2º do artigo 7º da LRF. Em 30/01/2019 a Companhia apresentou novo Plano de Recuperação Judicial, oportunidade em que se iniciou o prazo de 30 dias para apresentarem objeção ao plano de Recuperação Judicial. Contudo, nesse período foram ofertadas 2 (duas) objeções ao plano, sendo uma por parte substancial do passivo da Companhia, o presente Plano prevê como medidas de recuperação: (i) a organização, constituição e alienação Judicial da UPI Queiroz, nos termos dos artigos 60 e 142 da Lei de Recuperação Judicial; (ii) a possibilidade de organização, constituição e alienação Judicial de uma ou mais UPIs Terras, bem como de qualquer outras UPIs, nos termos dos artigos 60 e 142 da Lei de Recuperação Judicial e à critério da Companhia; e (iii) a preservação de investimentos e operações essenciais à manutenção da atividade da Companhia e a preservação dos empregos dos seus colaboradores, nos termos dos Credores conforme estabelecido nas cláusulas Plano de Recuperação Judicial. Os recursos provenientes de qualquer outra UPI que venha a ser constituída, será integralmente destinado ao fluxo de caixa do Grupo Clealco, de forma a contribuir na retomada dos investimentos e operação de suas unidades industriais remanescentes. No dia 02/04/2019 a Companhia protocolou perante a Assembleia Geral de Credores, conforme convocação realizada em 26/03/2019 e em segunda chamada para o dia 02/04/2019. No dia 26/03/2019 foi realizada Assembleia Geral de Credores. Pelo Administrador Judicial foi informado que nesta oportunidade não foi cumprido o disposto no §2º, do artigo 37, da Lei 11.101/2005, que prevê a necessidade de formação de comissão de Empregados e Ex-Trabalhista para a instalação da Assembleia Geral de Credores. Diante disso, foi declarada prejudicada a instalação da Assembleia Geral de Credores, momento em que o Administrador Judicial encerrou os trabalhos. Em 27 de março de 2019, no dia 02/04/2019, foi realizada nova convocação para a Assembleia Geral de Credores. Passada a palavra ao patrono da Companhia foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial aos credores e a forma de pagamento de cada uma das classes. Após a explanação passou-se a palavra aos credores, os quais apresentaram suas sugestões de alteração do PRJ e diante do exposto, o patrimônio sugeriu a suspensão da Assembleia Geral de Credores para o dia 02/05/2019 e, submetida a votação, a suspensão foi aprovada por 96,49% dos créditos presentes. Dessa forma, foi consignado pelo Administrador Judicial que a Assembleia Geral de Credores, em continuação, seria realizada no dia 02/05/2019. No dia 02/05/2019, a Clealco comunica que os credores da Companhia Geral de Credores, em continuação, aprovaram o Plano de Recuperação Judicial da Clealco, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005. A aprovação do Plano foi obtida em prazo recorde, dez meses após o pedido de recuperação judicial da Companhia e com 100% de adesão de mais de 90% dos credores. A Companhia acredita que tal aprovação pela maioria de seus credores, que buscou atender a todas as partes interessadas de forma equilibrada. No dia 30/05/2019, o Plano foi homologado pelo Juiz responsável pelo processo da Recuperação, em mais uma demonstração de quão transparente e bem alinhado fora toda negociação com os credores. Dessa forma a Clealco, a partir de agora, inicia uma nova etapa, com perspectivas de dias melhores e muito mais produtivos. Ainda, o plano de Recuperação

Jornal ODIA SP

...Continuação ativo biológico da Companhia representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado na Nota 16. **(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos** A Companhia reconheceu provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. **(c) Provisão para contingências** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **(d) Revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado** A Companhia revisa e, se apropriado, ajusta as vidas úteis de seus ativos, periodicamente. **4.2 Julgamentos críticos na aplicação das práticas contábeis da Companhia** A Companhia avalia seu ativo biológico ao valor justo menos o custo de venda, conforme orientações CPC 29. Essa avaliação considera o valor presente estimativa da Companhia na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana-de-açúcar na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a: (i) produtividade estimada desses canaviais, (ii) quantidade de açúcar total recuperável (ATR) por tonelada de cana-de-açúcar, (iii) preços futuros estimados do ATR, (iv) custos necessários para colher os canaviais (custos de colheita), (v) custos de manutenção do ativo biológico (ativo fixa) e custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar. O resultado apurado para o valor justo do ativo biológico da Companhia pode ser substancialmente diferente do resultado apresentado caso algumas dessas premissas não se confirmem. **5 Gestão de risco financeiro 5.1 Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **5.2 Fatores de risco financeiro** Os principais fatores de risco a que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo seu modelo de gestão. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle e monitoramento, estratégias específicas e determinação de limites. A Companhia e suas controladas possuem uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros mesmo tendo em vista que, sendo que esta política possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão de alta administração são o risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. **5.2.1 Risco de crédito** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e de suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro financeiro não cumpra suas obrigações contratuais, e que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia e de suas controladas de clientes e em títulos de investimentos. Da gestão de crédito em relação a clientes, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto. De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. **5.1.2 Risco de liquidez** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas estão associadas ao cumprimento das obrigações associadas com seus passivos financeiros. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação das mesmas. A Companhia e suas controladas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados, entretanto, é importante salientar que presentemente, a Companhia e suas controladas passam por um período de insuficiência de capital circulante, e a administração está trabalhando para a adequação do fluxo de caixa financeiro ao fluxo de geração de caixa operacional, vide maiores detalhes na Nota 1.3. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, entretanto, não incluem os efeitos decorrentes dos pagamentos de juros estimados excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida: **(a) Controladora**

					31/03/2019
	Valor contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores de cana	36.735	36.735	-	-	-
Fornecedores diversos	71.207	71.207	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.103.835	1.103.835	-	-	-
Outras contas a pagar	29.353	29.353	-	-	-
Outros investimentos a pagar	132.202	46.093	17.995	34.314	33.798
	1.373.332	1.287.225	17.995	34.314	33.798

					31/03/2018
	Valor contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores de cana	46.127	46.127	-	-	-
Fornecedores diversos	79.530	79.530	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.028.782	221.281	262.897	431.250	113.354
Outras contas a pagar	24.667	24.667	-	-	-
Outros investimentos a pagar	126.800	31.214	15.112	43.827	36.647
	1.305.906	402.819	278.009	475.077	150.001

					01/04/2017
	Valor contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores de cana	54.493	54.493	-	-	-
Fornecedores diversos	84.055	84.055	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.062.252	478.659	453.189	128.900	1.504
Outras contas a pagar	17.388	17.388	-	-	-
Outros investimentos a pagar	121.177	50.981	13.518	30.880	25.798
	1.339.365	685.576	466.707	159.780	27.302

(b) Consolidado

					31/03/2019
	Valor contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
	36.735	36.735	-	-	-
Fornecedores de cana	72.964	72.964	-	-	-
Fornecedores diversos	1.107.698	1.107.698	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	29.354	29.354	-	-	-
Outras contas a pagar	115.277	46.095	17.995	34.314	16.873
Outros investimentos a pagar	1.362.028	1.292.846	17.995	34.314	16.873

					31/03/2018
	Valor contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores de cana	46.127	46.127	-	-	-
Fornecedores diversos	84.713	84.713	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.035.911	227.775	263.132	431.650	113.354
Outras contas a pagar	24.667	24.667	-	-	-
Outros investimentos a pagar	112.776	31.214	15.112	43.827	22.623
	1.304.194	414.496	278.244	475.477	135.977

					01/04/2017
	Valor contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores de cana	54.493	54.493	-	-	-
Fornecedores diversos	88.948	88.948	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.071.115	483.015	457.061	129.535	1.504
Outras contas a pagar	13.255	13.255	-	-	-
Outros investimentos a pagar	113.657	50.981	13.518	30.880	18.278
	1.341.468	690.692	470.579	160.415	19.782

5.2.3 Risco de mercado Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. **5.2.3.1 Risco de taxas de câmbio** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. Os saldos de ativos e passivos expostos a moeda estrangeira compreendem substancialmente operações dólares norte-americanos e estão assim apresentados:

					Controladora e Consolidado	
	31/03/2019		31/03/2018		01/04/2017	
	Milhares de USD	Milhares de Reais	Milhares de USD	Milhares de Reais	Milhares de USD	Milhares de Reais
Contas a receber em dólares norte-americanos	1.591	6.200	3.585	11.917	2.515	7.961
Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos	(165.503)	(644.916)	(169.046)	(561.876)	(173.339)	(549.207)
Exposição, líquida	(163.912)	(638.716)	(165.461)	(549.959)	(170.824)	(541.238)

O risco das variações cambiais sobre empréstimos e financiamento é minimizado por tal variação estar também lastreada com a principal produção da Companhia (açúcar), pois a totalidade da produção destinada ao mercado externo é comercializada via exportação, sendo assim, operacionalmente o hedge cambial da dívida é realizado via receita de açúcar, fazendo preço de mesmo e comparando dólar recebido vs. dólar pago no endividamento. **5.2.3.2 Risco de taxas de juros** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. **5.3 Risco operacional** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos a sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **5.4 Risco de estrutura de capital** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. **6 Estimativa do valor justo** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores pelo valor contábil, menos eventual perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares. A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração: . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1) . Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2) . Informações para os ativos ou passivos não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3). Em 31/03/2019, os instrumentos financeiros mensurados a valor justo mantidos pela Companhia e suas controladas (Nota 7), estão classificados como Nível 2 (Em 31/03/2018 e 1º de janeiro 2 (2) exceto o ativo biológico que classificado como Nível 3. **7. Instrumentos financeiros por categoria**

			Controladora			Consolidado
Ativos financeiros por categoria						
Empréstimos e recebíveis	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017
Caixa e equivalentes de caixa	18.614	2.511	14.246	18.614	2.517	14.262
Aplicação financeira	-	-	-	-	-	325
Contas a receber de clientes	7.095	13.663	23.348	7.384	17.034	26.269
Outras contas a receber	4.186	7.036	3.396	4.186	7.082	3.453
Passivo						
Outros passivos financeiros						
Fornecedores de cana	36.735	46.127	54.493	36.735	46.127	54.493
Fornecedores diversos	71.207	79.530	84.055	72.964	84.713	88.948
Empréstimos e financiamentos	1.103.835	1.028.782	1.062.252	1.107.698	1.035.911	1.071.115
Outras contas a pagar	29.352	24.667	17.388	29.353	24.667	13.255
Outros investimentos a pagar	132.202	126.800	121.177	115.277	112.776	113.657
Instrumento financeiro designados pelo valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	314	-	-	314

8. Caixa e equivalentes de caixa

			Controladora			Consolidado
	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017
Caixa	6	1	1	6	1	6
Depósitos bancários	17.530	2.378	11.178	17.530	2.378	11.178
Aplicações financeiras	1.078	132	3.067	1.147	138	3.078
	18.614	2.511	14.246	18.683	2.517	14.262

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa representam valores com vencimento inferiores ha 90 dias, disponíveis para utilização a qualquer tempo, sem efeito significativo de mudança de valor. As aplicações são diárias, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, remuneradas pela taxa média do CDI, variável ao prazo em que o saldo fica aplicado. **9. Contas a receber de clientes**

			Controladora			Consolidado
	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017
Clientes no exterior	6.200	11.917	6.104	6.200	11.917	7.969
Clientes no país	1.576	1.885	17.699	3.317	6.808	19.191
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(681)	(139)	(455)	(2.133)	(1.691)	(891)
	7.095	13.663	23.348	7.384	17.034	26.269

O vencimento das contas a receber de clientes na data dessas demonstrações financeiras pode ser assim demonstrado:

			Controladora			Consolidado
	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017
A vencer	5.000	12.043	18.914	5.390	12.869	21.323
Vencidos de 1 a 180 dias	1.517	1.177	3.809	2.868	2.274	4.946
Vencidos a mais de 180 dias	1.259	582	1.080	2.258	582	1.081
Saldo final	7.776	13.802	23.803	9.516	15.725	27.160

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes são as seguintes:

			Controladora			Consolidado
	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017
Saldo inicial	(139)	(455)	(1.405)	(1.691)	(891)	(1.841)
Reversão	499	765	1.279	1.807	833	1.279
Constituição	(1.041)	(449)	(329)	(2.249)	(1.633)	(329)
Saldo final	(681)	(139)	(455)	(2.133)	(1.691)	(891)

A administração da Companhia entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir as perdas estimadas nas contas a receber.

			Controladora			Consolidado
10. Estoques	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017
Produtos acabados	6.134	14.476	19.858	6.134	14.476	19.858
Produtos em elaboração	442	1.042	2.237	442	1.042	2.237
Matérias de almoxarifado e outros	14.640	16.878	18.411	15.033	17.181	18.675
	21.216	32.396	40.506	21.609	32.699	40.770
(-) Provisão para obsolescência	(1.800)	(769)	(421)	(1.803)	(769)	(421)
(-) Provisão para Redução ao valor de mercado	(2.438)	(947)	-	(2.438)	(947)	-
	16.975	30.680	40.085	17.368	30.983	40.349
Adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar	58.633	18.512	126.976	58.633	18.512	126.976
Adiantamentos a fornecedores de materiais	2.999	3.017	2.974	4.856	3.032	3.020
	78.607	52.209	170.035	80.857	52.527	170.345
Ativo circulante	(54.737)	(45.594)	(108.755)	(56.987)	(45.912)	(109.065)
Ativo não circulante (i)	23.870	6.615	61.280	23.870	6.615	61.280

Representado substancialmente por adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar. As movimentações na provisão para obsolescência são as seguintes:

			Controladora e Consolidado
	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017
Saldo inicial do exercício	(769)	(421)	(451)
Reversão	211	167	170
Constituição	(1.245)	(515)	(140)
Saldo final do exercício	(1.803)	(769)	(421)

As movimentações na provisão para redução ao valor de mercado são as seguintes:

			Controladora e Consolidado
	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017
Saldo inicial do exercício	(947)	-	-
Constituição	(2.438)	(947)	-
Reversão	947	-	-
Saldo final do exercício	(2.438)	(947)	-

Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar referem-se a valores adiantados frente a contratos vigentes, representando 1.093.919 toneladas de cana-de-açúcar em 31/03/2019 (340.981 em 31/03/2018), cuja entrega do produto ocorrerá nas seguintes safras:

			Controladora e Consolidado
	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017
Safra 2017/18	-	-	65.696
Safra 2018/19	-	11.896	22.209
Safra 2019/20	34.763	2.771	18.472
Safra 2020/21	11.082	1.929	12.471
Safra 2021/22	6.009	988	5.133
Safra 2022/23	4.131	649	2.999
Safra 2023/24	2.027	279	-
Safra 2024/25	621	-	-
	58.633	18.512	126.976

			Controladora			Consolidado
11. Tributos a recuperar	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017
COFINS (i)	60.210	73.677	68.468	60.210	73.677	68.468
Provisão para créditos COFINS (ii)	(1.967)	(71.839)	(69.478)	(1.967)	(71.839)	(69.478)
PIS (i)	14.782	16.388	15.155	14.782	16.388	15.155
Provisão para créditos PIS (ii)	(427)	(15.887)	(15.234)	(427)	(15.887)	(15.234)
ICMS (i)	12.926	15.531	19.127	13.107	15.712	20.553
Provisão para créditos ICMS (ii)	(3.232)	(3.232)	(3.227)	(3.232)	(3.232)	(3.227)
IPI (i)	9.377	9.150	9.010	9.377	9.150	9.010
Provisão para créditos IPI (ii)	(2.575)	(2.575)	(2.554)	(2.575)	(2.575)	(2.554)
Reintegra	13.238	4.827	4.900	13.238	4.827	4.900
Impostos a compensar de antecipação parc. - Lei 12.865/2013	18.948	1.632	-	18.948	1.632	-
	121.288	27.573	26.167	121.441	27.573	27.593
Ativo circulante	(21.358)	(18.911)	(15.400)	(21.539)	(19.092)	(16.826)
Ativo não circulante	99.929	8.662	10.767	99.902	8.661	10.767

(i) Refere-se a saldos acumulados de créditos originados das aquisições dos insumos e bens de ativo imobilizado. (ii) As provisões para perdas na realização créditos são constituídas quando a administração identifica que não poderão ser realizados dentro do prazo normal das atividades da Companhia. Constituindo provisão em decorrência de glosas ocorridas em pedidos de ressarcimentos impetrados junto a Receita, a Companhia recorreu a essas glosas, e espera o deslinde desse tema para reverter a totalidade em caso de êxito. A variação em Provisão para créditos de COFINS e PIS é realizada de maneira realizado em conjunto com consultoria externa com objetivo de revisar a matriz de créditos tributários, que frente ao avanço na jurisprudência em relação aos conceitos de PIS/COFINS sobre insumos agrícolas, com entendimentos do CARF, PGFN e STJ favoráveis ao contribuinte, foram revertidas provisões de glosa dos créditos desta natureza:

			Controladora			Consolidado
I.R. e C.S. a recuperar	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017
IR recolhido sobre estimativa	33.844	33.505	28.557	34.045	31.704	28.735
CS recolhida sobre estimativa	16.542	14.535	14.647	17.107	15.100	15.158
IR e CS retido na fonte	130	344	339	144	358	353
	50.516	46.385	43.548	51.296	47.162	44.301
Ativo circulante	(1.479)	(29.958)	(43.548)	(2.257)	(30.735)	(44.301)
Ativo não circulante	49.037	16.427	-	49.037	16.427	-

			Controladora e Consolidado
	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017
Saldo inicial	(93.633)	(90.493)	(14.971)
Adições	(262)	(19.847)	(87.011)
Utilizações	-	-	(1.095)
Reversão	85.684	16.707	12.584
Saldo final	(8.211)	(93.633)	(90.493)

12. Ativos de operação descontinuada Os valores referentes aos bens imobilizados da Unidade Penápolis foram reclassificados como ativo de operação descontinuada. Essa unidade não possui operações ou outros resultados além do registro da perda por redução ao valor recuperável reconhecida quando do recálculo do valor justo menos custos de venda, no montante de R$ 57.242.

			Controladora			Consolidado
13. Partes relacionadas						
Saldos	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017
Ativo não circulante						
"Adiantamentos para aquisição de cana-de-açúcar (acionistas)"	5.710	13.781	14.591	5.710	13.781	14.591
"Adiantamentos para aquisição de cana-de-açúcar e direitos(controladas) (i)"	14.313	6.555	16.449	-	-	-
Mútuo com acionistas	27.822	27.354	26.288	27.822	27.354	26.288
Compartilhamento serviços administrativos	-	65	65	-	-	-
	47.845	47.755	57.393	33.532	41.135	40.879
Passivo circulante						
"Fornecedores de cana-de-açúcar (acionistas)"	119.694	110.006	78.613	119.694	110.006	78.613
Fornecedores de cana-de-açúcar (controladas)	57.845	46.175	33.508	-	-	-

"Adiantamentos para fornecimento de insumos (controladas)"	63.995	63.995	-	-	-	-
"Arrendamento de terras (controladas)	6.042	6.042	6.042	-	-	-
	247.576	226.218	118.163	119.694	110.006	78.613

			Controladora e Acionistas e controladas			Consolidado Acionistas
Operações (ii)	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017
Compra de cana-de-açúcar (acionista)	62.014	74.442	113.932	62.014	74.442	113.932
Compra de cana-de-açúcar (controladas)	3.372	3.801	4.742	-	-	-

(i) Em 31/03/2019, referem-se, basicamente, a adiantamentos para futura aquisição de 326.366 toneladas de cana-de-açúcar (253.851 toneladas em 31/03/2018 e 231.910 toneladas no exercício findo em 31/03/2017). (ii) As operações de comercialização de cana-de-açúcar foram realizadas em condições de mercado. **Compra de cana-de-açúcar** As transações significativas que influenciaram o resultado do exercício referem-se a, basicamente, compra de 1.156.991 toneladas de cana-de-açúcar de acionistas no exercício findo em 31/03/2019 (1.371.207 toneladas em 31/03/2018 e 1.810.275 toneladas em 31/03/2017). **Remuneração do pessoal chave da Administração** O pessoal chave da administração é composto pela diretoria, eleita pelo Conselho de Administração e com mandato de 1 ano. A remuneração do pessoal chave da administração a título de benefícios foi de R$ 7.367 no exercício findo em 31/03/2019 (R$ 2.776 em 31/03/2018 e R$ 3.540 em 31/03/2017). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo, benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações. **14. Investimentos em controladas (Controladora)** Referem-se a investimentos mantidos nas seguintes empresas controladas: **(a) ARAM Agro-Pastoril, Imobiliária Ltda. - em recuperação judicial**

Informações sobre a investida	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017
Quantidade de quotas possuídas	60.995.304	60.995.304	60.995.304
Percentual de participação	100%	100%	100,00%
Patrimônio líquido ajustado	152.744	154.021	137.294
Prejuízo do exercício ajustado	(1.277)	17.909	5.226
Movimentação do investimento			
Saldo inicial em 31 março	154.021	137.294	132.068
Redução de investimento	-	(1.182)	-
Equivalência patrimonial do exercício	(1.277)	7.909	5.226
Saldo final do investimento	152.744	154.021	137.294

(b) Petrocana Ltda. - em recuperação judicial

Informações sobre a investida	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017
Quantidade de quotas possuídas	9.900	9.900	9.900
Percentual de participação	100%	100,00%	99,99%
Prejuízo do exercício	(16.925)	(14.024)	(7.522)
Prejuízo do exercício ajustado	(2.901)	(6.502)	1.538
Movimentação do investimento			
Saldo inicial em 31 de março	(14.024)	(7.522)	(9.060)
Equivalência patrimonial do exercício	(2.901)	(6.502)	1.538
Provisão para prejuízo de controlada (Nota 20)	(16.925)	(14.024)	(7.522)

Petrocana Queiroz Ltda. - em recuperação judicial

Informações sobre a investida	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017
Quantidade de quotas possuídas	1.424.544	1.424.544	1.424.544
Percentual de participação	100%	100%	99,00%
Patrimônio líquido	22.022	17.738	15.645
Lucro líquido do exercício ajustado	4.314	2.093	4.726
Movimentação do investimento			
Saldo inicial em 31 de março	17.738	15.645	10.919
Equivalência patrimonial do exercício	4.314	2.093	4.726
Provisão para perda de controlada	22.052	17.738	15.645

(c) Outras controladas As controladas Cleagro Agro Pastoril Ltda. - em recuperação judicial e Ecal - Empresa Castilho de Álcool Ltda. - em recuperação judicial não apresentaram movimentação no período (Nota 1.1). **(d) Resumo das informações financeiras das controladas** (i) Balanço patrimonial sintético das controladas

		Aram			Petrocana Ltda			Petrocana Queiroz	
Ativo	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017
Circulante	92.953	89.507	24.510	8.482	11.548	4.508	30.064	19.894	20.197
Não circulante	108.147	114.372	163.290	-	-	-	451	499	1.109
Total do ativo	201.100	203.884	187.800	8.482	11.548	4.508	30.515	20.393	21.306
Passivo									
Circulante	23.353	21.619	17.882	27.079	25.256	5.235	8.328	2.308	5.661
Não circulante	25.003	28.244	32.624	328	316	6.795	328	347	-
	48.356	49.863	50.506	27.407	25.572	12.030	8.463	2.655	5.661
Patrimônio líquido	152.744	154.021	137.294	(16.925)	(14.024)	(7.522)	22.052	17.738	15.645
Total do passivo e patrimônio líquido	201.100	203.884	187.800	8.482	11.548	4.508	30.515	20.393	21.306

(ii) Demonstração do resultado sintética das controladas, relativas aos exercícios findos em 31/03/2019 e 2018

		Aram			Petrocana Ltda			Petrocana Queiroz	
	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017
Receitas	3.381	3.957	33.704	37.136	51.509	48.263	-	-	-
Custo das Vendas	-	-	(30.320)	(33.326)	(46.450)	(43.303)	-	-	-
Lucro Bruto	**3.381**	**3.957**	**3.384**	**3.810**	**5.059**	**4.960**	-	-	-
Despesas com vendas, adm e gerais e outras	(3.470)	(26.771)	(2.759)	(2.997)	149	(1.788)	-	-	-
Lucro operacional	**(89)**	**30.728**	**625**	**813**	**5.208**	**3.172**	-	-	-
Resultado Financeiro	(1.098)	(3.703)	(2.961)	(6.789)	(11.156)	(1.385)	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	**(1.187)**	**28.025**	**(2.337)**	**(5.976)**	**(5.952)**	**2.787**	-	-	-
IR e CS	(90)	(10.116)	(956)	(926)	(238)	(696)	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(1.277)**	**17.909**	**(2.901)**	**(6.502)**	**4.314**	**2.093**	-	-	-

15. Imobilizado (a) Controladora

	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Terras	Manutenção entressafra	Obras em andamento	Adiantamentos a fornecedores	"Lavoura de cana-de-açúcar"	Total
Saldo em 01/04/2017 (Reapresentado)	165.646	474.434	26.128	1.375	2.966	35.772	43.211	3.990	134	211.616	965.272
Adições	1.020	52.088	2.222	51	(273)	122	38.249	292	11.804	51.249	156.829
Baixas	(49)	(6.748)	(527)	(99)	(639)	(4.250)	-	-	-	-	(12.312)
Reclassificação para mantido para venda	(56.125)	(46.310)	-	(125)	(229)	(11.289)	-	-	-	-	(114.078)
Transferências	1.508	13.541	-	-	-	-	(4.179)	-	(10.869)	-	-
Depreciação	(10.674)	(87.978)	(3.881)	(208)	183	(43.211)	-	-	-	(70.238)	(216.007)
Saldo em 31/03/2018 (Reapresentado)	101.326	399.027	23.942	994	2.008	20.355	38.249	103	1.069	192.627	779.705
Custo total	183.115	923.378	64.306	2.931	8.184	20.355	81.460	103	1.069	424.653	1.709.554
Depreciação acumulada	(81.789)	(524.351)	(40.364)	(1.937)	(6.176)	-	(43.211)	-	-	(232.026)	(929.849)
Valor residual	101.326	399.027	23.942	994	2.008	20.355	38.249	103	1.069	192.627	779.705
Saldo em 31/03/2018 (

...Continuação As movimentações apresentadas nos impostos e contribuições parcelados no exercício referem-se a atualizações, pagamento incorridos e a entrada de novos parcelamentos. **23. Outros investimentos a pagar**

	Controladora			Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017
PESA - Plano Especial de Saneamento de Atívos (i)	87.080	85.509	100.837	87.080	85.509	100.837
AVP- PESA - Plano Especial de Saneamento de Atívos (i)	(2.711)	(5.077)	(8.135)	(2.711)	(5.077)	(8.135)
Contas a pagar UPI Campestre (i)	13.294	13.200	22.097	13.294	13.200	22.097
AVP - Contas a pagar UPI Campestre (i)	-	(125)	(1.144)	-	(125)	(1.142)
Provisão para projúdico de controlada - Petrocana Ltda. (Nota 12)	16.925	14.024	7.522			
Direitos creditórios adquiridos	17.614	19.269	22.471	17.614	19.269	22.471
Direitos creditórios adquiridos	-	-	(22.471)	-	-	(22.471)
	132.202	126.800	121.177	115.177	113.776	111.657
Passivo circulante	(46.095)	(31.214)	(50.981)	(46.095)	(31.214)	(50.981)
Passivo não circulante	86.107	95.586	70.196	69.182	81.562	62.676

(i) Refere-se a valores o Plano Especial de Saneamento recebidos ao valor justo em combinação de negócios de exercício anterior. **24 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (controladora e consolidado) Natureza dos tributos diferidos** A Companhia, reconhece Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias que serão realizadas na projeção da resolução final dos eventos. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente. A atual projeção de resultados futuros do exercício apresenta saldo positivo de lucros fiscais tributáveis significativos em até cinco anos, sendo assim, não foi possível constituir ativo diferido no montante de R$ 17.096, mesmo que estes não possuem prazo prescricional para com pensação.

	Controladora		
	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017
Tributos diferidos ativos sobre:			
Prejuízos fiscais do IR e base negativa da CS"	-	-	72.642
Variação cambial	69.303	40.801	32.455
Provisão para perdas c/ instrumentos financeiros	-	-	150
Provisões para riscos tribtários, civeis e trabalhistas, para perdas com créditos de impostos e demais provisões	78.722	148.555	108.917
Provisão resgate cana (compra)	-	10.453	35.858
Ativo biológico - valor justo	22.772	31.050	2.045
(-) IR/CS diferidos não realizável	(17.096)	(76.667)	-
	153.701	154.192	252.067
Tributos diferidos passivos sobre:			
Diferença de taxa de depreciação	(105.522)	(96.134)	(72.708)
Custo atribuído ao imobilizado	(47.257)	(56.289)	(61.161)
Ajuste valor presente sobre aquisição UPI	(922)	(1.769)	(3.155)
	(153.701)	(154.192)	(137.024)
Tributos diferidos ativos, líquidos	-	-	115.043

	Consolidado		
	31/03/2019	31/03/2018	01/04/2017
Tributos diferidos passivos (Controlada Aram) sobre:			
Custo atribuído ao imobilizado (Terras)	(27.609)	(27.609)	(26.144)

25. Provisão para contingências (Controladora e consolidado) A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civeis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, está questionando a legalidade de determinados impostos e contribuições, bem como em análise das demandas judiciais pendentes, e com base na experiência anterior referente às demandas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora e Consolidado			
	Tributos estaduais	Tributos federais	Trabalhistas e cíveis e outros	Total
Saldo em 01 de abril de 2017	33.854	165.935	14.806	214.595
Adições	8.441	87.934	17.012	113.387
Reversões	(22.367)	(149.295)	(6.434)	(178.096)
Atualizações	1.193	4.854	350	6.397
Saldo em 31 de março de 2018	21.121	109.428	25.734	156.283
Adições (reversões) de provisão	2	(37.137)	(19.791)	(56.926)
Atualizações	573	5.277	34.577	40.427
Adesão ao parcelamento PRR (i)	-	(52.780)	-	(52.780)
Itens não materializados (ii)	(21.696)	(18.442)	-	(40.138)
Saldo em 31 de março de 2019	-	6.346	40.520	46.866

(i) Em dezembro de 2018 a Companhia aderiu ao PRR – Programa de Regularização Tributária Rural que permitiu quitar débitos sobre o Funrural da qual discutia-se judicialmente. Do total de R$ 52.780, 2,5% foi quitado com pagamento e o restante parcelado em 176 prestações de prejuízos fiscais acumulados. (ii) Itens não materializados referem-se a créditos de ICMS e PIS/COFINS, respectivamente, tomados pela Companhia e que eram passíveis de questionamento pelas autoridades fiscais. A reversão é resultado do trabalho realizado em conjunto com consultoria externa com objetivo de revisar a matriz de créditos tributários, que frente ao avanço na jurisprudência em relação aos créditos de ICMS e PIS/COFINS sobre insumos agrícolas, com entendimento do CARF, PGFN e STJ favoráveis ao contribuinte. As ações trabalhistas decorrem de pedidos de horas extras, supressão do intervalo para refeição e descanso, horas "in itinere" (percurso), adicional de insalubridade e periculosidade, integração de verbas em virtude do prêmio pago todo mês, reflexos das horas extras nas demais verbas, dentre outros pedidos. A Companhia não possui ações de natureza tribtárria, trabalhista e civel, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, nos montantes de R$ 434.963 em 31 de março de 2019 (R$ 187.159 em 31 de março de 2018 e R$ 52.352 em 31 de março de 2017) e, portanto, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não constituímos qualquer provisão é requerida para fazer face a estes processos. O aumento do valor de processos considerados possíveis está relacionado substancialmente a questões trabalhistas, ocasionado por novos processos e revisão de classificação de risco anteriormente considerados como remoto por mudança de jurisprudência, no montante de R$ 263.378; (ii) Baixa de processos trabalhistas e civel no montante de R$ 13.574. **26. Patrimônio líquido (negativo) (a) Capital social** O capital social integralizado é representado por 51.232.924 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma. **(b) Dividendos** Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado, conforme estatuto social da Companhia. Os acionistas assinaram o Acordo de Acionistas datado de 19/07/2017 que determina que parte do montante de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios as mudanças no valor justo dos ativos biológicos. **(c) Ajuste de avaliação patrimonial** É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizados mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem. **27. Receita**

	Controladora			Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018	
Receita de venda de açúcar	431.989	707.185	431.989	707.185	
Receita de vendas de etanol hidratado	385.189	297.854	385.580	298.487	
Receita de vendas de etanol anidro	4.576	76.060	4.576	76.060	
Receita de vendas de diesel	-	-	15.517	16.881	
Receita de energia	33.877	28.737	33.877	28.737	
Receita de venda de cana-de-açúcar	10.086	22.175	10.086	22.175	
Receita de bagaço de cana-de-açúcar	361	10.360	361	10.360	
Outras receitas	3.375	2.923	2.784	2.924	
	869.453	1.145.294	884.770	1.163.199	
Impostos e abatimentos sobre receitas	(106.257)	(82.612)	(106.357)	(82.728)	
	763.196	1.062.682	778.413	1.080.471	

28. Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
31/03/2019	31/03/2018 (Reapresentado)	31/03/2019	31/03/2018 (Reapresentado)	
Insumo - cana de açúcar	(226.579)	(379.715)	(223.099)	(375.643)
Mudança no valor justo dos ativos biológicos	(66.977)	(91.325)	(66.977)	(91.325)
Mão-de-obra	(99.319)	(109.926)	(92.781)	(103.554)
Pessoal	(106.069)	(127.570)	(106.069)	(127.570)
Serviços de terceiros	(60.889)	(82.753)	(60.889)	(85.808)
Fretes e carretos	(11.511)	(13.031)	(11.511)	(13.031)
Fretes e carretos - comercial	(78.849)	(94.728)	(78.483)	(94.728)
Depreciação e amortização	(105.439)	(143.491)	(105.489)	(143.655)
Despesas com tributos	(137)	(254)	(137)	(350)
Produto para revenda	(11.676)	(39.646)	(25.679)	(55.153)
Energia para revenda	(2.488)	(5.900)	(2.488)	(5.900)
Aluguéis e associação de classe	(661)	(2.714)	(664)	(2.722)
Provisão de perda com adiantamentos	11.643	(155.424)	11.643	(155.424)
Manutenção entressafra	53.365	38.249	53.365	38.249
Outros custos e despesas	(14.440)	(14.524)	(14.534)	(15.698)
	(719.660)	(1.222.752)	(723.612)	(1.232.312)
Custo das vendas	(598.862)	(1.081.360)	(602.816)	(1.086.422)
Despesas de vendas	(80.524)	(96.063)	(80.423)	(96.063)
Despesas administrativas e gerais	(40.306)	(45.329)	(40.373)	(49.827)
	(719.660)	(1.222.752)	(723.612)	(1.232.312)

29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018	
Custo dos bens do ativo imobilizado baixados	(14.425)	(12.312)	(17.671)	(61.173)
Receita de aluguéis	579	10.284	579	86.792
Receita na devolução de imobilizado	2.056	-	2.056	-
Recuperações de despesas com terceiros e crédito de impostos	28.420	35.104	28.420	35.104
Créditos e provisão para perdas com tributos a recuperar	97.807	6.539	97.807	6.539
Provisão para contingências e despesas legais	56.589	(111.405)	54.312	(115.029)
Baixa de títulos mobiliários	-	(25.469)	-	(25.469)
Arrendamentos	473	103	473	103
Indenizações de seguros	1.657	495	1.657	1.795
Indenizações e perdas contratuais	(6.539)	(6.968)	(6.540)	(6.968)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5	(306)	7	1.363
	166.622	(103.935)	161.100	(76.943)

Em 31/03/2019, o valor positivo apresentado em provisões para contingências e despesas legais praticamente referem-se a adesão ao PRR – Programa de Regularização Tributária Rural que permitiu quitar débitos sobre o Funrural que estavam em Crédito e provisão para perdas com tributos a recuperar, ambas com tributos a recuperar é resultado do trabalho realizado em conjunto com consultoria externa com objetivo de revisar a matriz de créditos tributários, que frente ao avanço na jurisprudência em relação aos créditos de PIS/COFINS sobre insumos agrícolas, com entendimento do CARF, PGFN e STJ favoráveis ao contribuinte, com revertidas provisões de gloso dos créditos desta natureza. **30. Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018	
Receitas financeiras	3	123	3	123
Variações monetárias ativas	4.461	6.194	4.462	6.194
Juros s/ aplicações	19	166	20	167
Descontos obtidos	1.115	1.839	1.373	1.839
	5.598	8.322	5.858	8.323
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(48.123)	(109.793)	(50.422)	(110.014)
Juros de mora e despesas bancárias	(35.303)	(41.844)	(36.815)	(44.821)
Juros contratuais	(3.801)	(26.833)	(3.801)	(26.833)
Despesas com arrendamentos de tributos	(42.640)	(86.000)	(43.237)	(87.312)
Variações monetárias passivas	(558)	(804)	(558)	(804)
Descontos concedidos	(342)	(105)	(409)	(364)
Outros	-	(175)	-	(176)
	(130.767)	(260.446)	(135.242)	(270.324)
Variações cambiais ativas	115.376	59.689	115.376	59.689
Variações cambiais passivas	(220.841)	(90.079)	(220.841)	(90.079)
	(105.465)	(30.390)	(105.465)	(30.390)
Resultado com derivativos				
Ganho com derivativos	-	891	-	891
Perdas com derivativos	-	(1.139)	-	(1.139)
Bolsa de mercadorias e futuros	-	214	-	214
Ajuste derivativos a valor de mercado	-	441	-	441
	-	407	-	407
	(230.634)	(282.107)	(234.849)	(291.984)

31. Cobertura de seguros A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31/03/2019 a cobertura de seguros contra riscos operacionais, era composta por:

Bens segurados	Riscos cobertos	Importância segurada
Frota - Colheiadoras, Tratores e Caminhões	Danos elétricos	1.324
	Danos materiais, morais e corporais	195.300
	Incêndio, raio, explosão	62.873
	Quebra de vidros	2.800
	Roubo	62.873
Prédio industrial	Danos elétricos	21.000
	Equipamentos eletrônicos	500
	Incêndio, raio, explosão, roubo,colisão	300.000
	Quebra máquinas	84.000
	Roubo	100
	Vendaval, fumaça	20.000
	Alagamento, inundação	1.000
	Desmoronamento	1.000
	Linhas de transmissão	5.000
	Rompimento tanques e tubulações	1.000
Responsabilidade civil	Danos morais empregador	30.000
	Danos morais operações	15.000
	Poluição súbita	15.000
Administradores e diretores	Administrador entidade externa	180.000
	Advogado empregado	180.000
	Avais pessoais	180.000
	Cobertura para cônjuge	180.000
	Custos defesa dano ambiental e aquec. global	180.000
	Desconsideração personalidade jurídica	180.000
	Despesa publicidade e gerenciamento de crise	180.000
	Despesas emergenciais	180.000
	Indisponibilidade de bens e penhora	180.000
	Reclamações por práticas trabalhistas	180.000
	Responsabilidade por danos corporais	180.000
		2.810.270

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **32. Compromissos de compra e venda** A Companhia e suas controladas estabelecem compromissos decorrentes do curso normal de suas atividades. Apresentamos, a seguir, aqueles que merecem destaque nas presentes demonstrações financeiras: **(a) Contrato de fornecimento de açúcar** Mediante contrato de compra e venda, a Companhia assumiu o compromisso de fornecimento de açúcar a ser produzido até a Safras 2020/21, e com condição de preço de referência a ser fixado por Against Actuals - AA's ou por Ordens Executáveis - SEO's, na bolsa de New York - NYBOT, resultando em 31/03/2019 nos seguintes saldos remanescentes a serem entregues:

Safra	Volume em toneladas	Valor
2019/20	372.000	364.560
2020/21	20.000	19.600

O produto foi valorizado de acordo com preços praticados no mercado em março de 2019. **(b) Fornecimento de energia elétrica** A Companhia possui contratos de fornecimento de energia elétrica, celebrados na modalidade de Ambiente de Contratação Livre - ACL e Ambiente de Contratação Regulado – ACR, nos seguintes através de Leilão de Energia de Reserva – L.E.R e Leilão de energia de Fontes Alternativas – L.F.A, conforme especificado a seguir:

Modalidade	Vigência	Volume (MWh)	Valor
L.E.R.	02/2024	302.748	82.335,35
L.F.A	12/2035	833.816	214.991,12
ACL	10/2019	10.950	2.649,90

Os contratos foram valorizados pelos preços praticados por modalidade em março de 2019. **(c) Compromissos com parceria agrícola e compra futura de cana-de-açúcar** A Companhia e suas controladas firmaram contratos de aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros, por meio de contratos plurianuais. Os termos dos contratos têm vigência de até sete anos, sendo a maioria renovável ao fim do exercício. Os valores a serem desembolsados em função destas operações serão determinados a cada encerramento de safra ou da colheita, pelo preço da tonelada de cana-de-açúcar estabelecido pelo modelo definido em cada contrato. As toneladas de cana-de-açúcar, relacionadas aos contratos vigentes, são estimadas da seguinte forma:

Safra	Toneladas (mil)
2019/20	894
2020/21	525
2021/22	307
2022/23	160
2023/24	93
2024/25	41
2025/26	1

33. Eventos Subsequentes Em Segunda Convocação, no dia 02/04/2019, às 11:40 horas, nas dependências do Centro Empresarial Kenkitt Kimura, localizado na Rua Frei Caneca, 1569 - Consolação, SP, pelo Administrador Judicial foi declarada instalada a Assembleia Geral de Credores, tendo em vista que nessa oportunidade independia de quórum. Passada a palavra ao patrono da Companhia foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial com a forma e alternativa de pagamento de cada uma das classes. Após a explanação passou-se a palavra aos credores, os quais apresentaram suas sugestões de alteração do PRJ e diante do exposto, o representante legal da Companhia informou que consultaria os demais credores para o dia 02/05/2019 e, submetida à votação, a suspensão foi aprovada por 96,49% dos créditos presentes. Nessa forma, foi constituído pelo Administrador Judicial que a Assembleia Geral de Credores, em continuação, seria realizada no dia 02/05/2019, no mesmo horário e local. No dia 02/05/2019, a Clealco comunica que os credores da Companhia, reunidos em Assembleia Geral de Credores, aprovaram o Plano de Recuperação Judicial da Clealco, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005. A aprovação do Plano foi obtida em prazo recorde, dez meses após o pedido de recuperação judicial da Companhia, e com a concordância de mais de 90% dos credores habilitados, refletindo a confiança depositada na companhia, que buscou atender a todas as partes interessadas de forma equilibrada. No dia 30/05/2019, o Plano foi homologado pelo Juiz responsável pelo processo da Recuperação, em mais uma demonstração de ação transparente e bem alinhada foi toda negociação com os credores. Dessa forma a Clealco, a partir de agora, inicia uma nova etapa, onde a companhia deve cumprir estritamente as cláusulas previstas no Plano homologado, e que inclui, entre outras ações, o processo de cálculo da UPI (Unidade Produtiva Independente) da unidade de Queiroz, como principal opção de pagamento aos credores.

A Administração

Contador

Adriano Furtado - TC - CRC 1SP262298/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Clealco Açúcar & Álcool S.A. – em recuperação judicial** Clemente/SP **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Clealco Açúcar e Álcool S.A. - em recuperação judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/03/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis relevantes. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da controlada Clealco Açúcar e Álcool S.A. – em recuperação judicial em 31/03/2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional** Chamamos a atenção para a Nota 1.3 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas que descreve que a Companhia e suas controladas têm apurado prejuízos repetitivos em suas operações, apresentam patrimônio líquido negativo no montante de R$ 953.096 mil e apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R$ 1.821.167 mil no encerramento do exercício findo em 31/03/2019. Em função dessa situação entre outras descritas na Nota 1.3, a Companhia e suas controladas protocolaram pedido de recuperação judicial em 17 de julho de 2018, e qual foi deferido em 20 de julho de 2018, impossibilitando os credores de exigir antecipadamente o pagamento da dívida e objetivando a reestruturação financeira das operações da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas elaboraram e protocolaram em 30/01/2019 seu Plano de Recuperação Judicial que foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 2/05/2019 e homologado judicialmente em 30/05/2019. O sucesso do plano de recuperação judicial depende do cumprimento da execução das condições aprovadas na Assembleia Geral de Credores, principalmente a organização, constituição e alienação judicial da UPI Queiroz. Esse contexto indica a existência de incerteza substancial sobre a continuidade operacional da Companhia e suas controladas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos - Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outros auditores independentes** O exercício findo em 31/03/2018 e demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31/03/2018, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da mudança de política contábil descrita na nota 3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram seu relatório de auditoria sem modificação, mas com ênfase relativa a incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, como parte de nossos exames de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/03/2018, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 3 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31/03/2018. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de março de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de conclusão sobre essas demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas isentas de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas prosseguirem com a continuidade operacional, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou tenha nenhuma outra alternativa realística para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecte eventuais distorções existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou de erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de distorção relevante não detectada é maior do que o risco de fraude, uma vez que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsa intencional. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da hipótese de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar a dúvida significativa quanto à capacidade de a Companhia e suas controladas prosseguirem com a continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais ser mantener em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 19 de junho de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

Breof S.A.

CNPJ/MF nº 10.212.757/0001-00 - NIRE 35.3.0002082-1

Ata da Assembleia Geral Ordinária

Data, Hora e Local: No dia 30/05/19, às 19h45min., na sede da Companhia. **Convocações e Presenças:** Convocação dispensada em razão da presença de acionistas titulares de totalidade das ações de emissão da Companhia. **Ordem do Dia e Deliberações:** Restaram unanimemente aprovadas pelos acionistas, sem ressalvas: **(i)** as demonstrações financeiras apresentadas pela Administração da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2018, devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo/ páginas 21 e 22, e na página 6 do caderno empresarial "Valor Econômico" de 15/05/2019; **(ii)** a destinação do lucro líquido apurado, no valor de R$ 401.551,48 de forma proporcional às respectivas participações no capital da Companhia, não havendo a destinação de 5% do lucro líquido apurado, para constituição da reserva legal, conforme disposto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76; e **(iii)** a reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração, Sr. **Sérgio Lemos de Magalhães**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 3.126.159 SSP/SP e CPF/MF nº 423.188.888-17, designado Presidente do Conselho de Administração; **Alexandre Segatell Balsini**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 26.383.000-7 SSP/SP e CPF/MF nº 270.410.918-48 e **Vitor Rangel Botelho Martins**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 11.020.807 SSP/MG e CPF/MF nº 085.486.716-60, todos domiciliados na Rua Frei Caneca, nº 1569, 7º andar, CEP 01405-000, SP, cujos de mandato de 01 ano, contado do presente ato, poderão ser destituídos a qualquer tempo. **c.** Os membros do Conselho de Administração, ora reeleitos, tomam posse mediante assinatura do termo de posse, que será lavrado em livro próprio de atas e demais documentos de interesse da Companhia. **Ausência de publicação:** Fica permitida a ausência de publicação da formação de estatuto, nos termos do § 4º do Art. 289 da Lei nº 6.404/76. **Mesa:** Presidente: **Jorge Rubio Neto**; Secretário: **Kenneth Aron Warner**. Conselho: **Sergio Lemos de Magalhães**, **Alexandre Segatell Balsini** e **Vitor Rangel Botelho Martins**. **JUCESP** nº 340.110/19 em 26/06/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ÍMPAR SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.

CNPJ/MF nº 60.884.855/0001-54 - NIRE 35.3.0020582-1

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2019

Lavrada na forma de sumário. **1. Data, Hora e Local:** As 10h do dia 30/04/2019, na sede da Companhia localizada na Av. Paulista, 2008, 8º andar, Cj. 81, Bairro Bela Vista, Cidade e Estado de SP. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica das assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **3. Convocação:** Conforme publicação do edital de convocação, nos termos do Art. 124 da Lei 6.404/76, bem como dispensada a publicação do Edital de Convocação, tendo em vista a presença do acionista que representa 100% do capital social da Companhia, na forma dos artigos 124, §4º e 133, §4º da Lei 6.404/76. **4. Mesa:** Presidente: George Schahin; Secretário: Luiz Alves Filho. **5. Ordem do Dia:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018; **(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício; **(iii)** eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; **(iv)** reeleição do presidente do Conselho de Administração; e **(v)** fixar a remuneração global e anual dos administradores. **6. Deliberações tomadas pela unanimidade dos acionistas:** 6.1. Os acionistas aprovaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018, como publicado no Diário Oficial de SP, em 27/04/2019, fls. 103, e, no Valor Econômico, nas edições dos dias 27, 28 e 29/04/2019, fls. E3 6.2. Os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos, a proposta da destinação do lucro líquido do exercício de 2018, correspondente ao valor total de R$ 173.482.614,08, da seguinte forma: (a) R$ 7.591.937,45 destinados à provisão para perdas decorrente da alteração do CPC 48; (b) R$ 8.674.189,17 serão destinados à Constituição de Reserva Legal, em estrito cumprimento aos limites previstos no artigo 193, caput, da Lei 6.404/76; (c) R$ 66.049.225,47, a título de distribuição de dividendos intermediários aprovados na AGE da Companhia realizada em 26/09/2018; (d) R$ 22.447.774,63, a título de distribuição de juros sobre capital próprio aprovado na AGE da Companhia realizada em 26/09/2018 e; (e) R$ 68.719.487,46 serão destinados à conta de Reserva de Lucros. 6.3. Aprovar a reeleição dos membros do conselho de administração com mandato de 1 ano contados a partir da presente data, sendo que deste ato fica reeleição: a Sra. **Dulce Pugliese de Godoy Bueno**, RG 30.209.233-4, CPF 097.403.417-72; Sr. **Pedro de Godoy Bueno**, RG 2235287-5, CPF: 126.861.457-22; o Sr. **Manuel Enriquez Lourenço**, RG nº 08144299, CPF 055.002.587-10; e Sr. **Romeu Côrtes Domingues**, CRM/RJ 52.478071-9, CPF 893.268.737-49; e Sr. **George Schahin**, RG 3.583.256 SSP/SP e CPF 077.476.988-04. 6.4. Os membros do conselho de administração ora reeleitos serão investidos em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse a serem lavrados em livro próprio e mediante entrega de declaração de desimpedimento, nos termos dos artigos 146 e 147 da Lei 6.404/76. 6.5. A Sra. **Dulce Pugliese de Godoy Bueno** foi reeleita como Presidente do Conselho de Administração. 6.6. Aprovar como remuneração global e total dos Administradores, o montante já previsto, anual e global de até R$ 11.333.332,00 e no caso de ultrapassarmos das metas do PLR (Programa de Participação nos Lucros e Resultados) haverá o acréscimo de R$ 4.967.786,00. Esta remuneração global e total será distribuída conforme deliberação do Conselho de Administração. **7. Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no §1º do artigo 130 da LSA. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. SP, 30/04/2019. Mesa: George Schahin (Presidente) e Luiz Alves Filho (Secretário). Acionistas presentes: Fundo de Investimento em Participações Genoma III - Multiestratégia, Solit Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Sr. Otávio Celso Elluf Gebara. **JUCESP -** 344.713/19-2 em 01/07/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
SÃO PAULO /SP

Pelo presente EDITAL, nos termos do art. 19 da Lei

Sinco Incorporadora S/A. - CNPJ nº 53.990.274/0001-13

Relatório da administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e de normas estatutárias, vimos com satisfação submeter à consideração de V.Sas., as Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios findos em 31.12.2018 e 2017. Agradecemos a colaboração recebida e continuamos ao inteiro dispor de V.Sas., em nossa sede social para quaisquer esclarecimentos relativos às contas prestadas. São Paulo 30.04.2019.

Balanços patrimoniais - ATIVO *(Em Milhares de R$)*

	2018	2017
Circulante	**44.637**	**70.809**
Caixa e equivalentes de caixa	5.635	16.720
Contas a receber	7.389	8.843
Imóveis a comercializar	29.563	43.288
Créditos diversos	1.679	1.558
Não circulante	**32.667**	**61.402**
Contas a receber	1.357	4.888
Partes relacionadas	31.304	56.498
Créditos diversos	180	166
Investimentos	56.293	66.517
Imobilizado líquido	1	1
Total do ativo permanente	**56.294**	**66.518**
Total do ativo	**133.598**	**198.729**

Balanços patrimoniais - PASSIVO *(Em Milhares de R$)*

	2018	2017
Circulante	**11.086**	**13.018**
Fornecedores	236	374
Obrigações trabalhistas e tributárias	241	1.537
Impostos e contribuições diferidos	352	333
Outras contas a pagar	7.281	8.472
Dividendos a pagar	2.996	2.298
Não circulante	**7.587**	**14.542**
Empréstimos e Financiamentos		5.595
Impostos e contribuições diferidos	56	176
Partes relacionadas	5.866	7.704
Outras contas a pagar	1.665	1.155
Participação dos minoritários	**7.027**	**9.255**
Patrimônio líquido	**108.898**	**162.914**
Capital social integralizado	5.625	5.625
Reserva de Lucros	102.433	155.365
Total do passivo e patrimônio líquido	**133.598**	**198.409**

Demonstrações do Resultado *(Em Milhares de R$)*

	2018	2017
Receita Operacional Líquida	**19.963**	**10.846**
Custos Operacionais com venda de imóveis	(17.848)	(2.365)
Lucro Bruto	**(865)**	**5.359**
Receitas/(despesas) operacionais	**(26.867)**	**5.610**
Administrativas e gerais	(1.260)	(1.247)
Comerciais	(368)	(1.030)
Resultado com equivalência patrimonial	(19.956)	6.943
Outras receitas/(despesas) líquidas	(5.283)	52
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**(25.732)**	**10.970**
Receitas financeiras	738	5.268
Despesas financeiras	(138)	(462)
Resultado financeiro	**(25.132)**	**15.782**
Resultado operacional antes dos impostos sobre o lucro	**(25.132)**	**15.782**
Participação de minoritários	**(160)**	**(1.551)**
Participação de minoritários	(5.855)	(1.551)
Diferido	300	(764)
Lucro líquido do exercício	**(25.988)**	**11.935**
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	**2018**	**2017**
Lucro líquido do exercício	(25.988)	11.935
Resultados abrangentes	(25.988)	11.935

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em Milhares de R$)*

	Capital social	Reserva de lucros legal	Reserva de lucros acumulados	Lucros Total
Saldos em 31.12.2017	**5.625**	**1.125**	**154.240**	**160.914**
Lucro líquido do exercício			(25.988)	(25.988)
Proposta para destinação do lucro líquido:				
Dividendos propostos			(26.938)	(26.938)
Saldos em 31.12.2018	**5.625**	**1.125**	**101.318**	**108.898**

Fluxos de Caixa *(Em Milhares de R$)*

	2018	2017
Demonstrações do Fluxos de Caixa	**2018**	**2017**
Das atividades operacionais	**(25.988)**	**11.935**
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	(25.988)	11.935
Ajustes para reconciliar o resultado líquido do exercício		
com o caixa líquido das atividades operacionais		
atividades operacionais:	10.225	
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(442)	
Impostos e contribuições diferidos	(159)	(1.488)
(Aumento)/redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	4.944	39.077
Imóveis a comercializar	13.726	68.371
Créditos diversos	25.024	(39.589)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(138)	(1.912)
Obrigações trabalhistas e tributárias	49	2.347
Adiantamento de clientes		(4.323)
Outras contas a pagar	(2.562)	(48.152)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**14.516**	**38.068**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.362)	(1.296)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**13.154**	**36.832**
Das atividades de financiamentos	(5.504)	(27.397)
Dividendos pagos	(26.938)	
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**(32.443)**	**(27.397)**
Caixa líquido gerado nas atividades de Investimentos	**10.224**	**(8.396)**
Redução/aumento de caixa e equivalentes	**(8.685)**	**721**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	16.720	36.952
No final do exercício	5.635	16.720
Redução/aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(10.894)**	**(20.232)**
Minoritários	**2.228**	**20.963**

ABANDO DE EMPREGO

MIRA FIOS TÊXTEIS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.880.036/0001-39, com sede na Rua Tijuca Paulista, nº 106, Santana, São Paulo / SP, CEP 02020-060, solicita que a funcionária **MARTA DOS SANTOS NEVES SILVA**, CTPS nº 5671 Série 3285/SP, no prazo de dois dias contados desta publicação, retorne ao seu posto de trabalho ou se apresente na empresa para prestar esclarecimentos sobre as faltas que ocorreram desde 05/06/2019, com a advertência que seu não comparecimento caracterizará abandono de emprego, conforme artigo 482, alínea "i" da CLT.

São Paulo, 18 de julho de 2019, no horário de 10:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00. São Paulo, 17 de julho de 2019.

CÁSSIO VIEIRA PEREIRA DOS SANTOS - Presidente

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES SINDICAIS E PROFISSIONAIS DE SERVIDORES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

FASP/PMSP

EDITAL – ELEIÇÕES – DIRETORIA E CONSELHO FISCAL

A FASP/PMSP convoca as eleições para a renovação de sua Diretoria e Conselho Fiscal, na forma do art. 49 do seu Estatuto, a se realizarem no dia 18 de setembro de 2019, das 10:00 às 15:00, em sua sede, à Rua Coronel Xavier de Toledo, 264, 5° andar, conjunto 55 – São Paulo – SP, ficando o prazo para registro das chapas e candidatos na Secretaria de 19 de julho a 16 de agosto de 2019, no horário de 10:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00. São Paulo, 17 de julho de 2019.

CÁSSIO VIEIRA PEREIRA DOS SANTOS - Presidente

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0025611-63.2011, 8.26.0003 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional III – Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Gustavo Santini Teodoro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao espólio de ANGELO CARBONI, representado por sua inventariante ANTONIETTA CARBONI, que Izabel Cristina Calejon lhe ajuizou uma ação de Adjudicação Compulsória, com procedimento comum, objetivando que seja outorgada à requerente a Escritura Definitiva de Venda e Compra, do imóvel situado na Rua Raul Tridali, nº 59 (antiga Passagem da Vila), matrícula nº 161.459, junto ao 14º C.R.I., sob pena de adjudicação compulsória. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO, por EDITAL, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste, sob pena de ser considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora(Artigo 344 do NCPC), sendo nomeado curador especial em caso de revelia (artigo 257, §IV).Será o presente, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. B 18 e 19/07

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1016578-56.2016.8.26.0003 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Gustavo Santini Teodoro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos JOSÉ MEIRELES COMÉRCIO DE PLÁSTICOS - EPP, CNPJ 20.681.674/0001-06, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Banco Santander (Brasil) S/A, objetivando a quantia de R$ 104.055,06, decorrente de limite de crédito rotativo/Cheque a sua conta corrente. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o débito atualizado e honorários advocatícios correspondentes a 5% do valor da causa, ficando isento das custas processuais, ou ofereça embargos, sob pena de conversão do mandado inicial em mandado executivo (art.701/702 do CPC), presumindo-se como verdadeiros os fatos. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. B 17 e 18/07

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1015228-98.2014.8.26.0004. O Dr. Julio Cesar Silva de Oliveira Santos, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível - Foro Regional IV - Lapa. Faz Saber a Silva & Molento Ltda - EPP, CNPJ 60.870.870/0001-43, na pessoa de seu representante legal, que Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., ajuizou uma Ação Cumprimento Cumulada, objetivando condenar a ré no pagamento de R$ 91.059,00 (nov/2014), corrigidos e acrescido de encargos legais, bem como ao pagamento dos valores correspondentes a todas as faturas de energia elétrica que vierem a ser emitidas, vencidas e não pagas, referente ao débito das faturas de fornecimento de energia elétrica do imóvel situado na Rua Guaipá, nº 280, Vila Leopoldina, São Paulo/SP. Parecero 10013434, instalação BTE0016766. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 30 dias supra, conteste, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (Art. 344 do NCPC). Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 14.06.2019. B 17 e 18/07

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0127063-19.2011.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 30ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Guilherme Santini Teodoro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Acosider Comércio de Produtos Siderúrgicos Ltda, CNPJ 02.072.108/0001-15, na pessoa de seu representante legal, e Augusto Araújo Torres, brasileiro, casado, CPF 833.912.076-04, que Banco Fibra S/A ajuizou-lhes uma ação de Execução de Título Extrajudicial para cobrança de R$ 500.386,98 (dezembro de 03/2018), referentes às Cédulas de Crédito Bancário CG nº 342.909 e 116409. Estando os executados em local ignorado, foi deferida a CITAÇÃO e INTIMAÇÃO por edital, para que em 03 dias, a fluir após os 20 dias supra, paguem o quantum reclamado, acrescido de juros e correção monetária, bem como honorários advocatícios fixados em 10% sobre o total do débito atualizado, anotando-se que, efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, a verba honorária fica reduzida pela metade, tendo o prazo de 15 dias, a aflir após o prazo supra, para que efetuem embargos, facultando os executados nesse prazo, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários, requerer o pagamento do saldo em 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, bem como do ARRESTO que recaiu sobre seus ativos financeiros no importe de R$121.92, que se converterá em PENHORA, decorrido o prazo para pagamento, independentemente de termo, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art.257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo exequente (Art. 344 do NCPC). Será o presente, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de junho de 2019. B 17 e 18/07

R047 Extrema 3 Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 25.142.792/0001-60 - NIRE 35.300.519.302

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: Em 21/05/2019 às 19:00hrs, na sede da Companhia. **Convocações e Presença:** Convocação dispensada em virtude da presença de acionista representando a totalidade do capital da Companhia. **Ordem do Dia e Deliberações:** Restaram aprovadas pela unanimidade das acionistas: **i)** as demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/18, devidamente publicadas nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo", página 24, e "Diário Comercial", página 02, ambas edições de 15/05/19; e **ii)** restaram prejudicas as matérias do item "IV" da ordem do dia, uma vez que foi ajustado prejuízo no Exercício Social. A presente, foi publicada sem ressalvas de 18/07/19. **Mesa:** **Rodrigo Bueno Silva** - Presidente e **Leandro Firmo Vieira** - Secretário. **Acionistas:** **Extrema III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, v.** **VII Real Estate Gestão de Carteiras Ltda.,** p. Rodrigo Lacombe Abbud e Kenneth Aron Walner e **Mextrema Montagem e Empreendimentos Imobiliários Ltda.,** p. Cesar Balbino Lires Bilbao Brugnera. **JUCESP** nº 135.831/19 de 27/06/2019 Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Processo 1065091-55.2016.8.26.0100 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - Sul América Companhia de Seguro Saúde - Rizzo Comércio de Água, Bebidas e Acessórios Ltda - EDITAL DE CITAÇÃO -20 DIAS. Processo nº 1065091-55.2016.8.26.0100. A Dra. Tonia Yuka Kondo, Juíza de Direito da 13ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Faz Saber a Rizzo Comércio de Água, Bebidas e Acessórios Ltda (CNPJ: 20.346.584/0001-02), que Sul América Companhia de Seguro Saúde lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 9.800,14 (janeiro de 2019), decorrente do Contrato de Seguro para Pequenas e Médias Empresas - PME - Apólice nº 19570, Títulos nº's 80056050, 80915520 e 83066811. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 18 e 19 / 07 / 2019.

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO-PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº 0022253-22.2013.8.26.0003.O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Lidia Regina Rodrigues Monteiro Cabrini, na forma da Lei, etc.Faz Saber a Armando Cardoso de Sá Junior (CPF: 859.444.248-34), que HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo lhe ajuizou ação de Execução de Título Extrajudicial , objetivando o recebimento da quantia de R$ 150.195,61 (fevereiro de 2013), referente ao Contrato Particular de Confissão, Composição de Dívida, Forma de Pagamento e Outras Avenças" nº 0206-10086-58". Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça embargos, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 27 de junho de 2019. 18 e 19 / 07 / 2019.

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 1070063-34.2017.8.26.0100. O Dr. Sang Duk Kim, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Faz Saber a Maria Lucia Ribeiro de Sá Leite (CPF: 088.822.224-49), que a Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sírio Libanês lhe ajuizou ação Monitória, para cobrança da quantia de R$ 103.813,85 (julho de 2017), decorrente do cheque nº 850010, conta corrente nº 38.647-2, agência 0303 do Banco do Brasil S/A. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a flui dos 20 dias supra, pague o débito (ficando isenta de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do NCPC), ou ofereça embargos, sob pena de conversão do mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do NCPC. Será o presente, afixado e publicado. SP, 01/07/2019

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1011895-56.2015.8.26.0020. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Nossa Senhora do O, Estado de São Paulo, Dr(a). Flávia Poyares Miranda. Faz Saber, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Sagibovl Serviços de Informática (Brasil) Ltda (CNPJ. 20.450.957/0001-47), que Sul América Companhia de Seguro Saúde lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 9.158,07 (setembro de 2015), decorrente do Contrato de Seguro Apólice nº 19551, Títulos nº's 76909320, 77833560 e 80400761. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a flui dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de junho de 2019.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1013714-42.2016.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Renato Guglielmi Simões Thomsen. na forma da Lei, etc. Faz Saber á C.M. Serviços de Segurança Ltda- ME (CNPJ. 10.352.687/0001-98), que SUl América Companhia de Seguro Saúde lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 5.725,09 (abril de 2016), representada pelo Contrato de Seguro Saúde na modalidade PME Pequena e Média Empresa Apólice nº 19542 ,Títulos nº's 83956159 e 84587315. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a flui dos 30 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. São Paulo, aos 23 de maio de 2019.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1003376-10.2019.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Carolina Nabarro Munhoz Rosa. na forma da Lei, etc. FAZ SABER a F.I.C da Silva Consultoria ME (CNPJ. 19.111.300/0001-11), que Banco Bradesco S/A. lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 21.599,96 (janeiro/2019), representada pelo instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças sob nº 8340451. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a flui dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1004394-20.2014.8.26.0009 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dr(a). Claudia Romero Ribeiro. na forma da Lei, etc. Faz saber a Lá Vinra Alimentos EPP, na pessoa de seu representante legal, CNPJ 14.722.680/0001-05, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial para de Jundiaí Alimentos Ltda, alegando em síntese a cobrança do débito de R$ 25.000,00 (maio/2014), ao valor de R$ 28.000,00 (maio/2014), representada por duplicatas de 07/05/2014 e 07/341, emitidas em 04/06/2013 e 18/06/2013, respectivamente, decorrentes de venda de corte de carne. Encontrando-se a executada em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de três dias, que flui após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em quinze dias, apresente embargos à execução ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em seis parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, sob pena de penhora e sua avaliação. Não sendo apresentado embargos à execução, será considerada a revelia dos executados, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

SÃO PAULO /SP

Pelo presente EDITAL, nos termos do art. 19 da Lei 8004/90 e art. 15 da RD 08/70, tendo em vista a inexistência de notificação pessoal pelo oficial do cartório nos termos da certidão apresentada, fica(m) notificado(s) o(s) mutuario(s) abaixo, para ciência de que estamos autorizados na forma dos artigos 19 e 21 da Lei nº 8004 de 14/03/1990 e do Decreto-Lei nº 70, de 21/11/1966 e das normas complementares do S.F.H., a promover a execução extrajudicial da(s) HIPOTECA(S) que oneram os imóveis descritos a seguir.

Ficam cientificados, outrossim, de que tem o prazo de 20(vinte) dias, contados de 16/ 07/2019, para, querendo, purgar(em) o débito e evitarem a execução, o que poderá ser feito no endereço de cobrança descrito abaixo:

SED: 1EBF7 - CONTRATO: 102734161081-7 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - 0273- VILA MARIA

ENDEREÇO DO IMÓVEL: RUA ALEXANDRE LEVI, 202, APARTAMENTO TIPO Nº 42, LOCALIZADO NO 4º PAVIMENTO TIPO DO EDIFICIO CAMBUI MIRIM, (TORRE 1, BLOCO A), INTEGRANTE DO CONDOMINIO RESERVA DO BOSQUE, ESQUINADA RUA SILVEIRA DA MOTA, E RUA LUIS GAMA, NO 12º SUBDISTRITO-CAMBUCI. CABENDO-LHE O DIREITO A UMA VAGA DE GARAGEM PARA GUARDA DE 1 AUTOMOVEL DE PEQUENO PORTE, EM LUGAR INDIVIDUAL, DEVIDAMENTE DEMARCADA, COM UTILIZACAO DE MANOBRISTA/GARAGISTA - SAO PAULO – SP.

MARCELO LUIZ DE SOUZA, BRASILEIRO(A), PROFESSOR, CPF: 14870566800, CI: 20278145-SSP/SP, SOLTEIRO(A) E CONJUGE, SE CASADO(A)ESTIVER.

FIDUCIAL DIST. TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

Endereço de Cobrança:

AGENCIA DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL ONDE PAGAVA AS PRESTACOES

16 - 17 - 18/07/2019

Processo 1020492-97.2017.8.26.0002 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - Banco Bradesco S/A - Silva e Rosa Restaurante Ltda - Me - José Eduardo A. Silva - EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. Processo nº 1020492-97.2017.8.26.0002. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários Exequente: Banco Bradesco S/A Exequido: Silva e Rosa Restaurante Ltda - Me e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1020492-97.2017.8.26.0002. O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr. RAFAEL AUGUSTO CUBERO DE CASTRO. Faz saber a Silva e Rosa Restaurante Ltda (CNPJ. 09.943.569/0001-65) e José Eduardo A. Silva (CPF. 231.010.161-34), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 43.162,27 (março de 2017), representada pela Cédula de Crédito Bancário - Conta Garantida Renovação Automática - PJ n.º 003.561.189. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a flui dos 20 dias supra, pagam o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de julho de 2019.

Processo 0018088-27.2016.8.26.0002 (processo principal 0215655-13.2009.8.26.0002) - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - Condomínio Edifício New Orleans - Zilar Mendes Sonoda - Lucas Mendes Sonoda - Igor Mendes Sonoda - Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de São Paulo - Capital - Quadros Neto - Goldfarbb Incorporações e Construções S/A - MARIA PRAXEDES COCURULLI - EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº:0018088-27.2016.8.26.0002. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais Exequente:Condomínio Edifício New Orleans. Executado: Zilar Mendes Sonoda e outros EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0018088-27.2016.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Renato de Abreu Perine, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Igor Mendes Sonoda (CPF. 311.618.688-01), a Lucas Mendes Sonoda (CPF. 311.618.998-63), que nos autos da ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ora em fase de cumprimento de sentença, ajuizada por Condomínio Edifício New Orleans, procedeu-se a penhora sobre: Apartamento nº 88, localizado no 8º andar do Edifício New Orleans, situado a Rua Domingos Moraes Novaes, nº 86, na Vila Andrade, 2º Subdistrito - Santo Amaro, objeto da matrícula nº 269.527 do 11º CRI da Capital/SP, avaliado em R$ 276.003,00 (atualizado em setembro de 2017). Estando os executados em local ignorado, foi deferida a intimação da avaliação do imóvel penhorado por edital, para que em 15 dias, a flui após os 20 dias supra, ofereçam impugnação, na ausência dos quais prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de julho de 2019.

Thais Moreira LEILÕES

2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO EDITAL DE LEILÃO, para INTIMAÇÃO e conhecimento de todos os interessados, na venda do veículo abaixo descrito, pertencente à FALÊNCIA GUTENBERG MÁQUINAS E MATERIAIS GRAFICOS LTDA. representada pela Administradora Judicial nomeada DRA.DANIELA TAPXURE SEVERINO (OAB/SP: 187.371) CREDORES E MINISTÉRIO PÚBLICO. Processo nº 1112830-92.2014.8.26.0100. O DR. MARCELO BARBOSA SACRAMONE, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP, na forma da lei, FAZ SABER, que por este Juízo processam-se os autos da FALÊNCIA GUTENBERG MÁQUINAS E MATERIAIS GRAFICOS LTDA., com fulcro na Lei nº 11.101/2002 e Prov. CSM 1625/2009 do TJSP. O leilão será realizado através do site TM LEILÕES (www.thaismoreiraleiloes.com.br), portal de leilões, com escritório situado à Praça Dom José Gaspar, nº 134, conjunto 142 – São Paulo/SP, e-mail: thais@tmleiloes.com.br, levará a público, leilão de venda e arrematação na modalidade on-line e presencial com 2ºPraça que terá início em 30/08/2019 às 10:00hrs, encerrando-se no dia 20/08/2019 às 14:00 horas, onde serão aceitos lances com valor igual ou superior ao que corresponde a 100% do valor de avaliação,não havendo licitante se iniciará a 2ºPraça em 20/08/2019 às14:03horas,encerrando-se no dia 22/08/2019 às14:00horas, onde serão aceitos lances com valor igual ou superior a 50% de avaliação com base nos valores praticados pelo mercado. DESCRIÇÃO DOS BENS: LOTE 1- DESCRIÇÃO: 1 TOYOTA FIELDER; ANO 2005, PRATA, PLACA DNB-4300. RENAVAM 85943602. AVALIAÇÃO: R$ 25.007,87. VALOR TOTAL DE AVALIAÇÃO: R$ 25.007,87 (vinte e cinco mil, sete reais e oitenta e sete centavos). O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes das datas designadas para alienação judicial eletrônica. PARA MAIORES INFORMAÇÕES, ACESSE O SITE WWW.THAISMOREIRALEILOES.COM.BR.

Dedini S/A Equipamentos e Sistemas

CNPJ/MF 67.541.961/0001-84 - NIRE 35300133226 - Em Recuperação Judicial - Barueri - SP

Aviso aos Acionistas

Encontra-se à disposição dos senhores acionistas da **Dedini S/A Equipamentos e Sistemas**, em sua sede social na Avenida Andrômeda, n.º 885, sala 2306 do Sub Condomínio Office, em Barueri, Estado de São Paulo, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei 6.404/76, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2.018, conforme aplicável. Barueri, 15 de julho de 2.019. **Giuliano Dedini Ometto** Duarte – Diretor. (16-17-18)

Cooperativa Habitacional Promoradia da Zona Sul

CNPJ 02.374.644/0001-76

Convoca os seus cooperados, com direito a voto para Reunião de A.G.O.(Art. 38, parágr. 1º da Lei 5764/71), que será realizada na sede sito na Rua Travessa Castalinha do Para 62 - Conj. Hab Institutto Adventista - São Paulo - SP, em 30/07/2019, em 1ª convocação às 18:00hs, com 2/3 dos cooperados, 2ª convocação às 19:00hs com 50% + 1 dos cooperados, 3º convocação às 20:00hs, com no mínimo 10 cooperados, para deliberarem sobre a ordem do dia: 1 - Esclarecimento a respeito do processo judicial 0008106-11.2008.8.26.0176 - Revogação de Liminar II - Eleição e Posse da Nova Diretoria e Conselho Fiscal.Presidente: Antonio Firmino Gouveia

a-qua-(1)

FALECIMENTO

Em conformidade à Lei nº 8.501/92 e item 96.3 das Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, comunica-se a quem possa interessar que um cadáver, ate a presente data não reclamado, grupo etnico-racial pardo, medindo 1,70 m de comprimento, 62 anos, tido como **SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA**, com as respectivas vestes, está sob a guarda da **FACULDADE SANTA MARCELINA - CURSO DE MEDICINA** - para eventual reconhecimento. O falecimento ocorreu no Hospital Central da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, na Capital de São Paulo - à R. Dr. Cesário Mota Júnior 112, Vila Buarque, em 11/06/2019. Informações na Faculdade com o responsável, Sr. Thiago Renzo da Costa, pelo 2º e 6º feriais, no telefone nº (11) 2217-9110 r. 9105. A lavratura do assento do óbito será realizada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do 7º Subdistrito - Consolação - da Comarca da Capital de São Paulo. **Declaração de Óbito: 28940932-3.**

Edital de Citação - Prazo de 30 dias. Processo 0012179-06.2013.8.26.0100. O Dr. Guilherme Silveira Teixeira, Juiz de Direito da 23ª Vara Cível do Fórum Central/SP, na forma da Lei, etc... Faz Saber a Inepi Indústria de Computadores do Brasil Ltda CNPJ 71.612.717/0001-32 (na pessoa de seu representante legal), que Telefônica Brasil S/A CNPJ